

A ação estratégica do voluntariado empresarial corporativo face aos atuais desafios de sustentabilidade dos negócios e do planeta.

Desafios da Sustentabilidade

cbve



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	05
PRECISAMOS FALAR SOBRE JUSTIÇA CLIMÁTICA.....	07
A AÇÃO VOLUNTÁRIA E OS DESASTRES AMBIENTAIS NO BRASIL.....	10
DO ESPÍRITO DO RIO À RIO2030.....	16
A CRISE CLIMÁTICA E O VOLUNTARIADO PARA CONSERVAÇÃO.....	28
VOLUNTARIADO CORPORATIVO E GESTÃO DE BACIAS.....	41
AGENDA 2030 E RACISMO AMBIENTAL.....	53
PROGRAMA DE MENTORIA - VOLUNTARIADO SABESP JOVENS PELAS ÁGUAS.....	57

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Desafios da sustentabilidade [livro eletrônico] : a ação estratégica do voluntariado empresarial corporativo face aos atuais desafios de sustentabilidade dos negócios e do planeta / [coordenação do conteúdo Paula Lobo ; autores convidados Ana Asti...[et.al.]]. -- Rio de Janeiro : CIEDS, 2022. PDF
Outros autores convidados: Angela Pellin, Carlos Jamel, Érika Santana, Milena Murta.
Vários colaboradores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-994396-3-6
1. Corporativismo 2. Desenvolvimento sustentável 3. Educação ambiental 4. Responsabilidade social empresarial 5. Sustentabilidade ambiental 6. Sustentabilidade social 7. Voluntariado
I. Lobo, Paula. II. Asti, Ana. III. Pellin, Angela. IV. Jamel, Carlos V. Santana, Érika. VI. Murta, Milena.
22-139557 CDD-658.408

Índices para catálogo sistemático:

1. Responsabilidade social e sustentabilidade nos negócios :
Administração de empresas 658.408
Inajara Pires de Souza - Bibliotecária - CRB PR-001652/0

A ação estratégica do voluntariado empresarial corporativo face aos atuais desafios de sustentabilidade dos negócios e do planeta.

Desafios da Sustentabilidade

EXPEDIENTE

Iniciativa

CBVE - Conselho Brasileiro de
Voluntariado Empresarial

Realização

CIEDS – Centro Integrado de Estudos e
Programas de Desenvolvimento Sustentável,
organização responsável pela Secretaria
Executiva do CBVE

Supervisão

Fabio Müller

Coordenação Geral

Carolina Thaís Müller

Cordenação de conteúdo

Paula Lobo

Autores Convidados

Ana Asti
Angela Pellin
Carlos Jamel
Érika Santana
Milena Murta

Apoio de conteúdo

Adriana Santana

Edição Gráfica

Guilherme Nascimento
Leticia Mussi
Ana Carolina Vieira

APRESENTAÇÃO

O poder do voluntariado na promoção da ajuda aos que mais precisam é socialmente reconhecido e consolidado como um recurso estratégico de promoção de direitos e empoderamento de grupos sub representados, especialmente no que tange à uma abordagem do desenvolvimento econômico e social de pessoas e comunidades.

Ocorre que o aquecimento global e as inúmeras consequências advindas da crise climática constroem um novo cenário em que além da perspectiva da distribuição mais equitativa de uma ideal de prosperidade, demanda por uma leitura crítica da distribuição desigual dos passivos ambientais, que afetam desproporcionalmente países e, dentro deles, grupos sociais vulnerabilizados, como mulheres, pessoas pretas, crianças, adolescentes, jovens e povos originários.

Para melhor compreender este novo cenário de atuação do voluntariado empresarial, a #redecbe traz em primeira mão esta publicação, em que convida especialistas renomados em sua área de atuação a pensar como o ecossistema da #redecbe pode absorver a perspectiva ambiental no seu pensar estratégico e desta forma, se alinhar aos maiores desafios globais da sustentabilidade. Nossa publicação é composta de sete capítulos. No primeiro, o CIEDS parametriza a agenda da crise climática, trazendo indicadores e estudos que revelam como suas consequências se revelam no cotidiano das comunidades vulnerabilizadas,



sendo completando pelo relato CBVE, que transcorre pela ação voluntária e a sua atuação quando do enfrentamento aos desastres ambientais no Brasil. Na sequência, Ana Asti, Subsecretária de Recursos Hídricos e Sustentabilidade da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Rio de Janeiro, nos leva a uma viagem pelo tempo abordando a construção da agenda ambiental pelo recorte da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento”, ou Eco 92, até os dias de hoje.

Aprofundando e segmentando o debate, Angela Pellin assina o capítulo sobre a crise climática e o voluntariado para conservação, dando embasamento conceitual e instrumental para o incremento a esta modalidade de voluntariado, que tem sido pauta de discussão entre as associadas ao CBVE e que ensejou a realização de uma parceria estratégica com o Instituto Ipê.

No terceiro capítulo, Carlos Jamel, Biólogo, membro da Coordenação Colegiada do Subcomitê do Sistema Lagunar Itaipu-Piratininga, Niterói – RJ, traz em perspectiva os Comitês de Bacia como estratégia de participação e incidência para o voluntariado corporativo em linha com as políticas públicas de gestão dos recursos hídricos.

Prosseguindo a leitura, Milena Murta, Gerente de Responsabilidade Social Corporativa na Elera Renováveis, uma das associadas à #redecbve, assina o quarto capítulo, posicionando a temática do racismo ambiental e a Agenda 2030, trazendo em perspectiva como a crise climática se relaciona ao respeito aos direitos humanos, à responsabilidade corporativa e ao voluntariado empresarial.

Encerrando a publicação, Érika Santana, assistente social e gestora de voluntariado da SABESP, empresa também associada ao CBVE, traz o relato de caso da recuperação do Rio Pinheiros, em São Paulo, que contou com a participação de voluntários da empresa na mobilização e formação da população do entorno do rio.

Faltam só 8 anos para realizarmos os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), os princípios ESG (Environmental, Social and Governance) nos puxam também como metodologia e chamado ao ato coletivo frente aos desafios globais na busca pela sustentabilidade, e nunca antes fomos tão convocados a ação a fim de que sejamos nós, a geração que irá dar conta e mudar a realidade do planeta como garantia a continuidade de nossa espécie.

Como conselho esperamos que este conteúdo sirva para te #inspirar a #colaborar cada vez mais com iniciativas que transformem para melhor, realidades de vidas e comunidades.

Desejamos por fim que você tenha uma excelente leitura e, se gostar, que #compartilhe nosso conteúdo com a sua #rede.

Secretaria Executiva da
#redecbve

PRECISAMOS FALAR SOBRE JUSTIÇA CLIMÁTICA

PELO CIEDS

Segundo o último relatório produzido pelo [Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas - IPCC](#), a performance dos índices monitorados não têm alcançado a meta de reduzir a emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) que, ao contrário do necessário, bateu recordes em comparação às medições anteriores. Os modelos aplicados no estudo concluem que se quisermos alcançar a meta de 1,5°C pactuadas pelo Acordo de Paris, as emissões globais de GEE precisam parar de crescer até 2025, e cair 43% até 2030 (em relação aos níveis de 2019).

“Mesmo que os países atinjam as metas de seus compromissos climáticos nacionais mais recentes (NDCs), a diferença entre as emissões globais de GEE e o nível necessário para o limite de 1,5°C seria de 19 a 26 GtCO₂e em 2030. Isso é mais do que as emissões de 2018 de Estados Unidos e China somadas.”

Fonte: [WRI Brasil, consultado em 24/06/2022](#)

Ainda segundo o último relatório do IPCC, as famílias com maior renda (os 10% mais ricos, o que inclui grande parte das famílias nos países desenvolvidos) são responsáveis por entre 36% e 45% do total de emissões de GEE. Já o total de famílias com menor renda (50%) respondem por apenas 13% a 15% das emissões.

Como consequência da nossa incapacidade de mudar hábitos de produção e consumo, um planeta de eventos extremos se revela. Enchentes, incêndios, secas, e deslizamentos, assolam o planeta, com especial gravidade para os países em desenvolvimento, que são os mais afetados em termos da severidade dos impactos climáticos.

No Brasil, [levantamento feito pela CNN](#) indica que a cada desastre natural ocorrido em 2022 cerca de 3,4 mil pessoas foram afetadas. As mortes em decorrência destes eventos A estimativa toma por base o levantamento produzido pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), que contabilizou os desalojados, desabrigados, vítimas fatais e pessoas afetadas pelas estiagens. E as notícias não são boas.

[O IPCC](#) prepara Relatórios de Avaliação abrangentes sobre o estado do conhecimento científico, técnico e socioeconômico sobre as mudanças climáticas, seus impactos e riscos futuros, e opções para reduzir a velocidade com que as mudanças climáticas estão ocorrendo.

[Desastres são resultados de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um cenário vulnerável, causando grave perturbação ao funcionamento de uma comunidade ou sociedade envolvendo extensivas perdas e danos humanos, materiais, econômicos ou ambientais, que excede a sua capacidade de lidar com o problema usando meios próprios.](#)

Quantidade de pessoas afetadas por desastres (em milhões) - 2013 a 2022

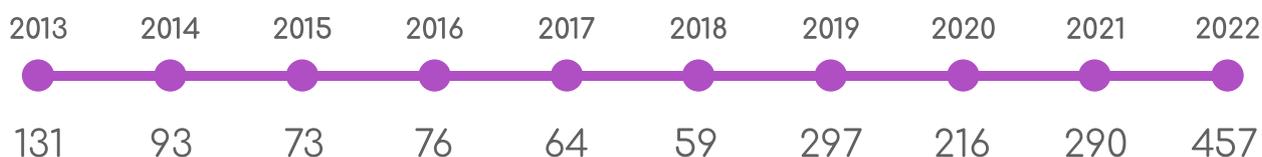
Fonte: S2ID/MDR - Elaboração: Área de Estudos Técnicos/CNM



Total Geral: 347.441.381

Mortes causadas por excesso de chuvas - 2013 a 2022*

*Até 31/05/2022



Total: 1.756

Fonte: Sistema Integrado de Informações sobre Desastres/S2id

O levantamento também chama atenção para o fato de que “entre 01 de janeiro a 05 de abril de 2022, os prejuízos causados por desastres já somam mais de R\$ 72,3 bilhões e acabou atingindo a primeira posição em prejuízos, ou seja, os 04 primeiros meses de 2022 já ultrapassaram os prejuízos do ano de 2021 inteiro, do qual apontou o montante de R\$ 60,3 bilhões, acompanhado de 2020, que somou R\$ 54,2 bilhões em prejuízos, ou seja, dentro do recorte analisado, o ano de 2022 mal começou e já bateu os recortes em prejuízos dos demais anos anteriores.”

O Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), tipifica os danos segundo unidades habitacionais, instalações públicas de saúde, educação, de uso comunitário, prestadoras de serviços e de infraestrutura que foram danificadas e ou destruídas. O prejuízo econômico consiste em uma estimativa fornecida pelo Ente municipal das perdas ocorridas no setor público e privado.

DANOS E PREJUÍZOS MATERIAIS DE 2013 A 2022

Ano	Qtd. Danos Materiais	Prejuízos Setor Público	Prejuízos Setor Privado	Total de Prejuízos
2013	647.014	480.000	14.845.304	15.325.304
2014	398.988	13.058.390	27.866.546	40.924.936
2015	491.601	1.861.452.845	20.796.815.559	22.658.268.404
2016	858.634	5.756.554.144	29.301.915.255	35.058.469.399
2017	381.632	7.091.844.380	27.680.812.995	34.772.657.375
2018	653.851	4.485.006.154	30.405.125.545	34.890.131.699
2019	975.660	7.677.519.156	19.204.585.603	26.882.104.759
2020	354.705	4.795.769.274	49.481.860.366	54.277.629.640
2021	303.513	8.094.184.636	52.242.309.755	60.336.494.391
2022	169.452	4.838.190.322	67.540.511.317	72.378.701.638
Total	5.235.050	44.614.059.301	296.696.648.245	341.310.707.545

Fonte: S2ID/MDR - Elaboração: Área de Estudos Técnicos/CNM

Segundo a última atualização da [Pesquisa de Informações Básicas Municipais do IBGE](#), dos 5.570 municípios brasileiros, cerca de metade (50,55%) ainda não contavam com instrumentos de planejamento e gerenciamento de riscos em 2020. Apenas 27,60% tinham Plano Diretor contemplando prevenção de enchentes e enxurradas e 28,20% declararam ter Lei de Uso e Ocupação do Solo prevendo essas situações.



Os diversos desastres ocorridos, a despeito de sua natureza, como chuvas torrenciais e consequentes deslizamentos de terra e inundações, revelam na maior parte das vezes “a ausência de políticas públicas de habitação, saneamento básico e infraestrutura eficazes e deixam claro a precariedade da articulação de políticas de prevenção de desastres pelos entes federados.” (Estudos Técnicos / Defesa Civil, abril de 2022). https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/Danos_e_Prejuizos_causados_por_desastres_2013_a_2022_atualizado_em_abril.pdf

Dos municípios com mais de 500 mil habitantes, 96% foram atingidos por alagamentos e 73% por deslizamentos. O estado do Rio de Janeiro foi o que apresentou o maior percentual de municípios atingidos por deslizamentos (74%).

QUANTIDADE DE DECRETOS POR EVENTO (TIPOS DE DESASTRES)

Eventos	Ocorrência	Ocorrência (%)
Estiagem/Seca	22.261	41,3
Doenças infecciosas virais	14.896	27,6
Chuvas	4.457	8,3
Enxurradas	2.265	4,2
Vendaval	1.728	3,2
Inundações	1.704	3,2
Incêndio Florestal em parques	1.132	2,1
Alagamentos	1.163	2,2
Incêndio Florestal em áreas não protegidas	926	1,7
Granizo	733	1,4
Deslizamentos	684	1,3
Outros	2.011	3,7
Total	53.960	100

Fonte: S2ID/MDR - Elaboração: Área de Estudos Técnicos/CNM

A AÇÃO VOLUNTÁRIA E OS DESASTRES AMBIENTAIS NO BRASIL

Pelo Coletivo CBVE

“(…) OS VOLUNTÁRIOS ESTÃO NA LINHA DE FRENTE DE CADA UMA DAS GRANDES CRISES E TENSÕES MUNDIAIS, RESPONDENDO A PROBLEMAS DE TODAS AS DIMENSÕES DENTRO DAS VÁRIAS COMUNIDADES. ESTE CENÁRIO VARIA DE UM PAÍS PARA OUTRO, E ESTÁ MUDANDO PORQUE OS DESAFIOS ESTÃO CADA VEZ MAIS COMPLEXOS.” (IEVM – 2018)

Muito além dos dados frios, o voluntariado conhece de perto as tragédias humanitárias que definem o acometimento destes desastres sendo, invariavelmente, os primeiros a chegar e os últimos a sair dos territórios, trabalhando incansavelmente para salvar vidas e amenizar o sofrimento e a privação dos afetados. Bem coordenados e articulados efetivamente em ação coletiva, são capazes de mobilizar recursos determinantes para prestação de socorros tanto imediatos, quanto em médio prazo.

Dessa maneira, socorrer vítimas é uma ação que o voluntariado tem feito há décadas, em episódios cada vez mais crescentes em termos de quantidade e gravidade, fazendo desta uma temática bastante familiar.

Monica Exelrud Villarindo, no artigo [“Voluntariado nas respostas às crises de emergência”](#) publicado no site do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social-IDIS afirma que: “Os voluntários são indivíduos que desejam participar e colaborar com o bem-estar da sua comunidade local e global. Atualmente, não existem fronteiras para o voluntariado. Os voluntários são pessoas que têm empatia e sentem o dever de ajudar aqueles que estão em situação de risco, desigualdade, emergência ou simplesmente desejam ser úteis à sociedade.

Os voluntários de desastres, sejam os que respondem a emergências naturais ou causadas pela humanidade, são pessoas que estão prontas, em um piscar de olhos, a enfrentar situações de risco e a dar o seu máximo para salvar ou aliviar o sofrimento de outras vidas. Os voluntários são a espinha dorsal das respostas emergenciais e tem a capacidade de mobilizar grandes números de pessoas rapidamente.”

EM 2019 O CONSELHO PUBLICOU O PERIÓDICO “SOS COMUNIDADE” NO QUAL A #REDECBVE APRESENTA UMA METODOLOGIA TESTADA POR QUASE 20 ANOS NA PRESTAÇÃO DE APOIO A PESSOAS ATINGIDAS POR DESLIZAMENTOS DE TERRA, INUNDAÇÕES, SECAS E INCÊNDIOS, EM MAIS DE 40 CAMPANHAS DE AJUDA HUMANITÁRIA DE AÇÃO NACIONAL. VALE CONSULTAR AQUI PARA SE #INSPIRAR.

Segundo o [Informe Sobre El Estado Del Voluntariado Em El Mundo](#), publicado pela ONU em 2018, o voluntariado local é uma estratégia que promove a resiliência das comunidades, uma vez que a sua escala e o alcance da produção de respostas frente a crises e conflitos são incomparáveis. Adicionalmente, a contribuição do voluntariado vai muito além da sua magnitude, já que, como outras formas de participação cidadã, é tanto um meio de desenvolvimento como um fim em si mesmo.

Robert Bullard definiu Justiça Ambiental como “ a busca do tratamento justo e do envolvimento significativo de todas as pessoas, independentemente de sua raça, cor, origem ou renda no que diz respeito à elaboração, desenvolvimento, implementação e reforço de políticas, leis e regulações ambientais. Por tratamento justo entende-se que nenhum grupo de pessoas, incluindo-se aí grupos étnicos, raciais ou de classe, deva suportar uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas resultantes de operações industriais, comerciais e municipais, da execução de políticas e programas federais, estaduais, locais ou tribais, bem como das consequências resultantes da ausência ou omissão destas políticas.”

A terminologia foi cunhada pelos movimentos sociais organizados dos Estados Unidos e pelo protesto cidadãos pobres e etnias socialmente discriminadas e vulnerabilizadas, quanto à sua maior exposição a riscos ambientais por habitarem nas vizinhanças de depósitos de lixo químicos e radioativos ou de indústrias com efluentes poluentes.

Em linha com os princípios de interdependência do tripé social, ambiental e econômico que compõem o princípio da sustentabilidade encarnado pelos Objetivos e Metas da Agenda 2030, o conceito de justiça ambiental transcende a perspectiva exclusiva do acesso à prosperidade econômica, ampliando o debate sobre distribuição da prosperidade

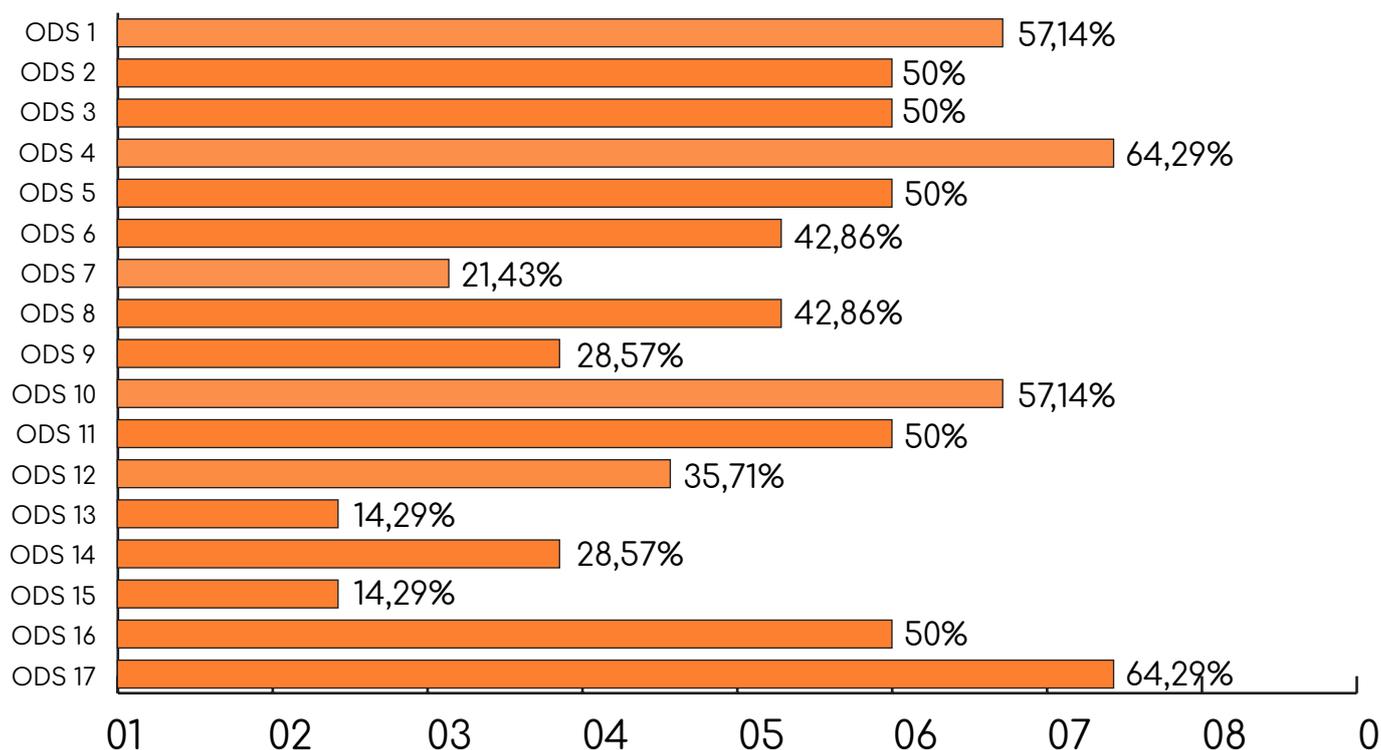
Precisamos atender ao mais novo chamado Global da ONU para a ação em direção ao cumprimento dos ODS articulado por meio da campanha #flipthescript, que convida pessoas e instituições a transformar a apatia em ação, o medo em esperança, a divisão em união. Mas isso não é tudo, juntos devemos e podemos muito mais.

É HORA DE AGIR PARA PREVENIR AS PERDAS AO INVÉS DE MITIGÁ-LAS

Juntos podemos prevenir perdas humanas e materiais. Segundo o último [Censo do Voluntariado Corporativo](#), a base da rede CBVE é capaz de mobilizar 500 mil colaboradores e cerca de 40 mil voluntários, que se engajam no apoio a 915 mil pessoas por todo país. Também alcançamos a 50 mil pessoas com nossas mídias proprietárias. Nós podemos fazer a diferença para que os ODS de enunciados se traduzam, de verdade, em maior justiça ambiental.

Devemos olhar melhor para a distribuição de esforços entre os ODS alcançados pela ação da #redecbve. Segundo seu Censo, os objetivos mais diretamente relacionados à agenda socioambiental estão em franca minoria em termos de adesão quando comparados aos mais tipicamente denominados sociais, sinalizando uma desconexão da agenda do voluntariado corporativo aos desafios das agendas dos negócios, que demanda por novos parâmetros de atuação, tema que abordamos no artigo “Integração da Agenda ESG e Agenda 2030: indicadores e avaliação para a geração de valor” disponível no [acervo da #redecbve](#).

PERCENTUAL RELATIVO ÀS ASSOCIADAS QUE ATUAM EM CADA ODS



COMO PODEMOS AGIR

Conservar os ecossistemas naturais e melhorar os sistemas alimentares pode representar uma diminuição de cerca de 50% na emissão de Gases de Efeito Estufa, pelos cálculos mais otimistas apresentados no artigo [“6 conclusões do relatório do IPCC de 2022 sobre mitigação das mudanças climáticas”](#), onde se lê que “a proteção, restauração e o manejo sustentável de ecossistemas ricos em carbono (como florestas e turfeiras) – junto à redução de GEE na produção de alimentos, contenção do desperdício e mudança para dietas mais sustentáveis – são medidas de custo relativamente baixo que podem mitigar entre 8 e 14 Gt CO₂e por ano até 2050.”

O mesmo artigo salienta que em todo o mundo, as famílias com renda no topo da pirâmide (os 10% mais ricos, o que inclui grande parte das famílias nos países desenvolvidos) são responsáveis por entre 36% e 45% do total de emissões de GEE. Enquanto isso, as famílias cuja renda se posiciona nos degraus inferiores (50%) respondem por apenas 13% a 15% das emissões. Por outro lado, mudar os padrões de consumo, particularmente entre os mais ricos, poderia reduzir as emissões de GEE de 40% a 70% até 2050 em comparação às políticas climáticas atuais. Caminhar ou andar de bicicleta, evitar voos de longa distância, mudar para dietas baseadas em vegetais, evitar o desperdício de alimentos e usar energia de forma mais eficiente nas construções estão entre as medidas de mitigação mais eficazes no que diz respeito à demanda.

Mas não é apenas no âmbito comportamental e individual que temos oportunidade de contribuir com a redução de emissões de carbono e a mitigação da crise climática. Do ponto de vista da ação coletiva, do voluntariado empresarial, a qualificação da agenda ambiental e o entendimento da sua indissociabilidade dos aspectos econômicos e sociais é o ponto sobre o qual queremos trazer luz e contribuições com esta publicação, de forma que possamos alcançar nossa capacidade de entregar as metas relacionadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.





DO ESPÍRITO DO RIO À RIO2030



Por Ana Asti

1992 - ANO ZERO

O ano era 1992, o Rio de Janeiro sediava a maior reunião global para se debater o desenvolvimento em bases sustentáveis, a "Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento", ou Cúpula da Terra, marco histórico que culminou na subscrição, entre outros documentos, da "Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente", por intermédio do qual os países signatários anuíram ao compromisso da promoção do desenvolvimento sustentável nas suas agendas de governo, considerando a proteção ambiental e o equilíbrio ecológico como princípios fundamentais desse processo.

Assim como a Conferência de Estocolmo, realizada 20 anos antes em 1972 na Suécia, a Conferência do Rio tinha o mesmo propósito, buscar ação comum para a preservação dos recursos naturais do planeta. Conhecida também como Rio-92, a Cúpula da Terra reuniu mais de 100 Chefes de Estado que pactuaram a visão de que o modelo de crescimento e consumo realizado até então pelas nações industrializadas era inviável de ser replicado por todos os países, já que o planeta possui fontes limitadas de recursos naturais. Nascia a Agenda 21, um roteiro para um novo modelo de crescimento econômico sustentável, assim como as Convenções da Biodiversidade e do Clima. Esta última com pouca ambição.

A Rio-92 mobilizou mais de 3.000 participantes na reunião oficial, entre Chefes de Estado, Ministros, diplomatas, ambientalistas e personalidades. Entretanto, marcou também pela primeira vez a participação popular. Diferentes povos, estudantes e acadêmicos, organizações do terceiro setor, e militantes se reuniram às margens da Baía de Guanabara, no Aterro do Flamengo, para acompanhar os trabalhos da Conferência oficial, refletir e propor ações conjuntas para o desenvolvimento sustentável, realizando sua própria Cúpula da Terra, o Fórum Global. Um capítulo à parte da Rio-92, organizado pela sociedade civil organizada, dando origem a expressão Espírito do Rio, cunhada pelo Secretário-Geral da ONU à época, Boutros Boutros-Ghali:

“O Espírito do Rio deve representar a consciência plena da fragilidade do nosso planeta. O Espírito do Rio deve nos levar a pensar constantemente no futuro, no futuro das nossas crianças”.

Enquanto Boutros-Ghali alertava que a Conferência precisaria marcar “um novo começo para o Sistema das Nações Unidas, para a ação dos Estados e para a mobilização de todas as pessoas do mundo.” O Secretário-Geral da Cúpula da Terra, Maurice Strong, enfatizava:

“Nós temos sido a espécie mais bem sucedida de todos os tempos. Somos agora uma espécie fora de controle. O mesmo sucesso que nos trouxe até aqui, está nos levando a um futuro perigoso.”



“É a primeira vez na história que nós temos uma reunião de todos os líderes de todas as nações do planeta reunidos para tomar decisões que vão literalmente determinar o futuro da Terra. Se nós não o fizermos aqui, se nós não permitirmos nosso interesse comum superar todas as diferenças e a curto prazo estreitar os interesses próprios, quando nós iremos fazê-lo? E haverá tempo?”

A Cúpula da Terra se baseou no Relatório Brundtland, nomeado em homenagem à Primeira Ministra da Noruega, que concilia desenvolvimento humano e preservação do meio ambiente. Brundtland à época já alertava:

“O tempo é curto para corrigirmos os atuais padrões insustentáveis do desenvolvimento humano. Nós devemos erradicar a pobreza e alcançar mais igualdade dentro e entre as nações. Nós devemos reconciliar as atividades humanas e os números humanos com as leis da natureza. Nós seremos responsabilizados por eventuais falhas nos acordos do Rio. Pela primeira vez na história da humanidade, em todo o mundo, as pessoas poderão monitorar de perto seus líderes em uma grande conferência, através da difusão pela televisão e da cobertura da mídia.”

Entretanto, os principais conflitos emergiram no decorrer das negociações referentes as Convenções da Biodiversidade e do Clima.

O conflito referente a Convenção da Biodiversidade se deu em especial decorrente de questões de patentes, direitos de propriedade e transferência de tecnologia. Com a diminuição dos recursos naturais em todo o globo, em especial nos países já industrializados, a pressão caiu sobre aqueles países ainda preservados. Ting Wen Lian da Malásia deixou claro o conflito entre as nações industrializadas e aquelas em desenvolvimento:

“Nós gostaríamos de sublinhar a supremacia de nossa soberania sobre nossas florestas. Certamente, não se trata de mantê-las sob custódia para aqueles que já destruíram as suas florestas e agora tentam reivindicar as nossas como parte da herança da humanidade.”

A Convenção da Biodiversidade exigiu que as nações signatárias compartilhassem suas pesquisas, lucros, e tecnologias com os países de onde os recursos genéticos fossem originários. Como resultado, ao final da Conferência, os Estados Unidos não assinaram a Convenção.

Já, a Convenção do Clima sofreu forte influência dos Estados Unidos, estabelecendo o compromisso das nações à redução das emissões de gases de efeito estufa sem prazos ou metas específicas.



Anwar Khan, porta-voz dos países em desenvolvimento, apontou:

“20% da população está consumindo 80% dos recursos, e são responsáveis por 75% da emissão que poluiu a atmosfera”

Enquanto países europeus propunham a redução de suas emissões de gases de efeito estufa até o ano 2000 para os padrões de 1990, outros países industrializados liderados pelos Estados Unidos, não aceitavam definir metas e prazos específicos. A Alemanha já propunha à época em uma taxa sobre o petróleo para reduzir a poluição e captar recurso para o investimento em energias limpas, com metas de redução de 25% a 30% da emissão de CO₂ até 2005. Entretanto, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo se posicionou terminantemente contra tal taxa.

Ao final das negociações, Maurice Strong, pontuou:

“Eu não acredito que a população vá permitir que seus líderes esqueçam o que eles fizeram aqui nem o que eles não fizeram adequadamente ou por completo. Nós temos que assegurar que o caminho além Rio seja rápido, seja uma via rápida para ação, para implementar o que foi feito aqui, para que o Rio não seja um ponto final.”

Por todo o impacto que a Cúpula da Terra teve à época na união de esforços globais e compromissos comuns, as reuniões que se sucederam receberam a marca Rio. A Rio+5 aconteceu em Nova Iorque, a Rio+10 em Joanesburgo, e a Rio+15 e Rio+20 de volta ao Rio de Janeiro.



O ano era 2012, o sistema ONU buscava caminhos para efetivar os compromissos globais do Clima e da Biodiversidade cunhados em 1992. Era necessária uma governança global robusta capaz de superar os desafios ambientais, sociais e econômicos enfatizados durante a Rio+20, a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. O novo modelo de governança internacional deveria ser inclusivo, focado em desenvolvimento sustentável e direitos humanos, capaz de resolver as lacunas e deficiências à nível mundial das dimensões do desenvolvimento sustentável:

Além da dimensão ambiental que estava fragmenta em ações desconectadas e pouco efetivas. A dimensão social, baseada na crescente desigualdade global, ganhava maior peso nos debates internacionais e em especial na Rio+20. A falta de uma governança global coesa permitia lacunas no progresso do desenvolvimento social, como a ausência de mecanismos regulatórios adequados sobre a circulação de trabalhadores entre países e os direitos dos migrantes e suas famílias, assim como a restrição no acesso a tecnologias na agricultura, saúde, educação, entre outros setores fundamentais.

No que tange a relação das dimensões econômica e ambiental fortaleceu-se durante a Rio+20 o conceito de recursos comuns globais. Ficou evidenciado que a gestão dos recursos comuns deveria se dar a partir de uma governança global. Recursos, ou bens comuns, são aqueles que estão fora das jurisdições nacionais e que todas as nações possuem acesso, são considerados patrimônio comum da humanidade, como os oceanos, a atmosfera, a Antártida e o espaço. Os desafios ambientais críticos que o nosso planeta vem experienciando, princi-



palmente devido as mudanças climáticas e o aquecimento global, vem afetando diretamente os patrimônios comuns da humanidade, que são por todos compartilhados, como o esgotamento da camada de ozônio e o degelo da Antártida. Se o sistema econômico e a forma de se fazer negócios continuarem no ritmo que conhecemos, tiraremos a capacidade dos bens comuns globais nos fornecerem os serviços ecossistêmicos para o bem-estar humano.

Se fazia então urgente uma política global comum baseada em mecanismos de integração, coerentes e equilibrados, que pudessem fortalecer o engajamento político e a governança para o financiamento do desenvolvimento sustentável. Uma governança capaz de promover parcerias fundamentadas em objetivos e necessidades comuns entre países, governos locais, organizações da sociedade civil, academia, organizações multilaterais, entre outros atores, criando um ambiente internacional favorável para o desdobramento de ações efetivas para o desenvolvimento sustentável a nível local.

Como resultado do debate, a Cúpula da Rio+20 lançou as bases e diretrizes fundamentais para um novo processo intergovernamental mais abrangente, participativo e transparente, que se desdobraria em novos objetivos globais para substituir os 08 Objetivos do Desenvolvimento do Milênio da Agenda21 cujo prazo final foi 2015.

2015 – ANO 23

O ano era 2015, e a ONU lançava para o mundo a Agenda 2030 como um plano de ação em escala global. Com a participação de 193 estados membros, a Agenda foi aprovada pela Assembleia Geral em Nova Iorque como um plano de 15 anos baseado em 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e 169 metas associadas, para auxiliar os governos na transição para um modelo econômico circular, com foco na dignidade humana e na conservação ambiental.



A definição dos 17 objetivos do desenvolvimento sustentável se baseou num longo debate realizado durante os anos de 2012 e 2015, incluindo também pautas sociais de outras reuniões da ONU. Além da pauta ambiental alinhada durante o Rio+20, foi incorporado o debate realizado na Cairo+20, Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, e na Pequim+20, sobre mulheres e equidade de gênero, estabelecendo um quadro das diretrizes fundamentais para o desenvolvimento sustentável da humanidade:



 <p>Pessoas</p>	<p>Acabar com a pobreza e a fome, em todas as suas formas e dimensões, e garantir que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial em dignidade e igualdade, em um ambiente saudável.</p>
 <p>Planeta</p>	<p>Proteger o planeta da degradação, sobretudo por meio do consumo e da produção sustentáveis, da gestão sustentável dos seus recursos naturais e tomando medidas urgentes sobre a mudança climática, para que ele possa suportar as necessidades das gerações presentes e futuras.</p>
 <p>Prosperidade</p>	<p>Assegurar que todos os seres humanos possam desfrutar de uma vida próspera e de plena realização pessoal, e que o progresso econômico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza.</p>
 <p>Paz</p>	<p>Promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas que estão livres do medo e da violência. Não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz e não há paz sem desenvolvimento sustentável.</p>
 <p>Parceria</p>	<p>Mobilizar os meios necessários para implementar a Agenda 2030 por meio de uma Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável revitalizada, com base num espírito de solidariedade global reforçada, concentrada em especial nas necessidades dos mais pobres e mais vulneráveis e com a participação de todos os países, todas as partes interessadas e todas as pessoas.</p>

Para acompanhar o progresso de cada país em relação às 169 metas foi estimulada a criação de observatórios e indicadores de desempenho nas diferentes nações signatárias da Agenda2030. Os indicadores dos objetivos do desenvolvimento sustentável brasileiros foram estabelecidos por um estudo desenvolvido pelo IBGE e podem ser acessados no site <https://odsbrasil.gov.br/>.

A definição dos indicadores vem sendo um importante exercício para se consolidar o caminho para o desenvolvimento baseado no tripé da sustentabilidade: social, ambiental e econômico. Acompanhar a evolução dos indicadores se torna uma tarefa fundamental no sentido de aprimorar, rever e criar novas políticas públicas na direção da sustentabilidade.

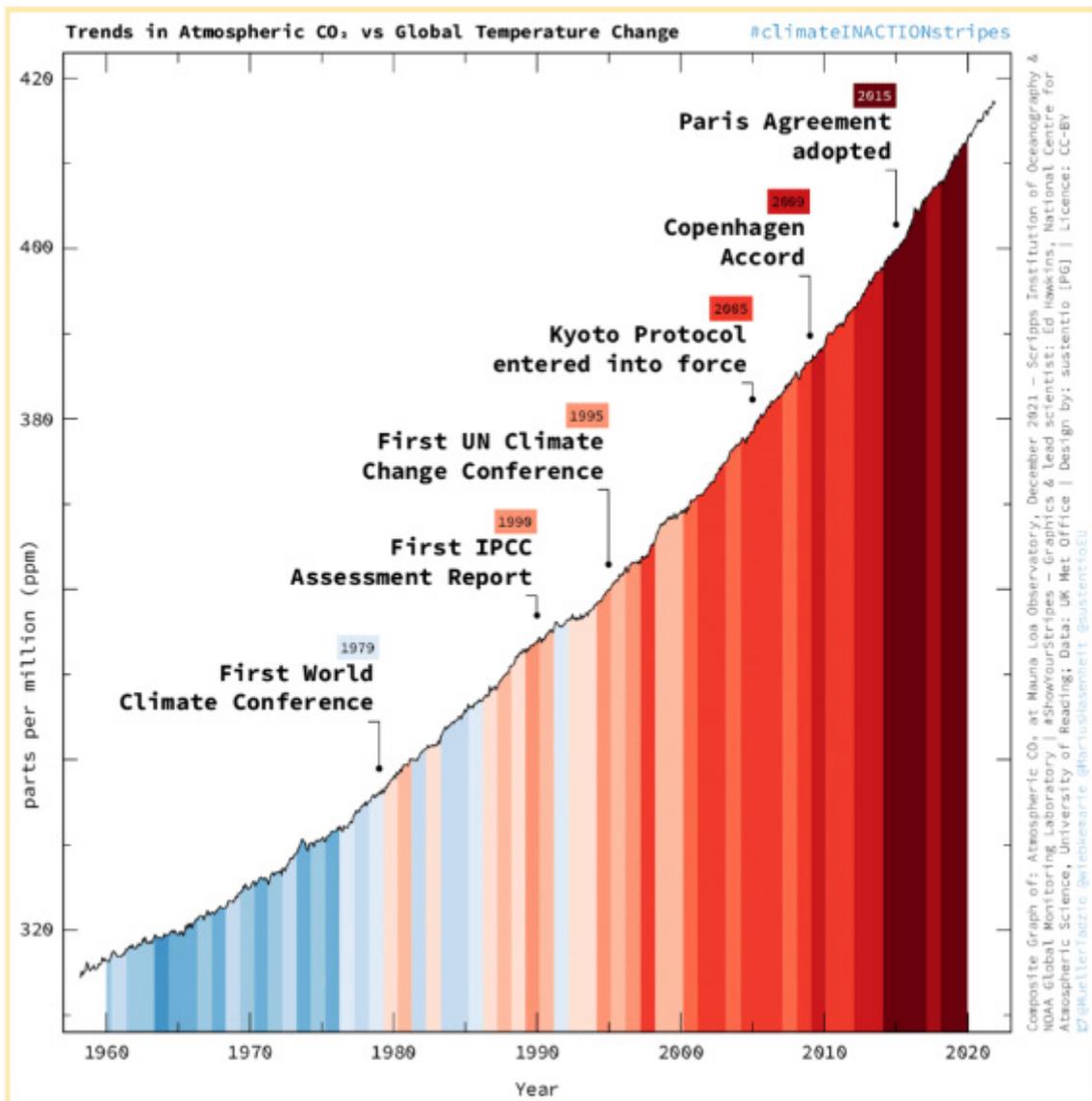
O grande esforço de articulação e construção de uma política global comum para o desenvolvimento sustentável iniciado a partir da Agenda 21 em 1992, e agora dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, compartilha espaço na atenção de todas as nações com as Mudanças Climáticas. É firmado em 2015 o Acordo de Paris, instituído a partir da COP21, 21ª Conferência do Clima, principal acordo já realizado à nível global para redução de emissão de gases estufa, a fim de conter o aquecimento da Terra abaixo de 2°C.



2022 – ANO 30

O ano é 2022, 30 anos se passaram desde a Rio-92, o aumento da temperatura média do planeta ultrapassa a marca de 1,1°C. O planeta continua rumando para o aumento de 2°C até 2050. O Espírito do Rio, e todo o sentimento de união que resultou dos acordos realizados na Rio-92, na Rio+20, a Agenda 2030 e o Acordo de Paris ainda não se refletem em ações efetivas capazes de mudar o rumo do aquecimento global e das mudanças climáticas. O mundo entra em estado de emergência.

O gráfico abaixo contextualiza no tempo o aumento de dióxido de carbono na atmosfera em função do aumento da temperatura média do planeta e dos principais marcos da diplomacia internacional referente às mudanças climáticas. Percebe-se que durante os últimos 30 anos os esforços de pactuação internacional para reverter o aquecimento global não resultaram em resultados concretos.



Para acelerar a implementação da Agenda 2030 nos territórios, a ONU lançou esta década como a Década da Ação, iniciando um grande movimento a partir dos governos locais. Este movimento de localização dos ODS gerou reflexos também na última COP26, realizada em 2021 em Glasgow, que reuniu não apenas estados e organizações nacionais, mas também governos locais, ávidos por exercer seu papel de formador e executor de políticas públicas, até mesmo porque os efeitos das mudanças climáticas ocorrem nos seus territórios. A entrada dos governos locais nesta engrenagem estabelece um novo cenário. Passamos da fase do planejamento para a fase da ação.

A crise climática vem evidenciando cada vez mais a integração entre os ecossistemas em nível local e global, reforçando a importância do alinhamento entre as entidades dos setores público e privado para garantir a efetividade das ações de desenvolvimento e preservação a partir dos territórios.

Para dar robustez a um processo proativo de ação concreta em relação à Agenda 2030 e à implementação da cultura do desenvolvimento sustentável, o Governo do Estado do Rio de Janeiro instituiu em agosto de 2021, através do Decreto 47.727/2021, a Autoridade do Desenvolvimento Sustentável, com o objetivo precípuo de organizar iniciativas e eventos engajando os diferentes atores da sociedade em atenção aos 30 anos da Rio-92 e de seus desdobramentos.

Logo em seguida, em novembro de 2021, através do Decreto 47.828/2021, instituiu a Comissão Estadual para o Acompanhamento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS, por meio da promoção de articulação, mobilização e diálogo dos órgãos e entidades estaduais e municipais, setor empresarial e sociedade civil organizada, bem como para a divulgação e a transparência do processo de implementação da Agenda 2030 no estado.

Sendo assim, considerando a urgência em se estabelecer uma gestão pública voltada para a cidadania e a sustentabilidade, assim como a necessidade de engajamento de todos os setores da sociedade para a implementação da Agenda 2030, o Governo do Estado do Rio de Janeiro criou a Rio2030, e instituiu o ano de 2022 como o Ano Internacional do Desenvolvimento Sustentável, prevendo a criação da Agenda Rio2030, com uma série de ações de educação e sensibilização para a sustentabilidade engajando a sociedade em uma plataforma global de integração de diferentes atores no compartilhamento de conhecimento, tecnologias e projetos.

Trata-se de um chamado global à ação e ao engajamento da sociedade na aceleração da implementação da Agenda 2030, assumindo o compromisso com a implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Para conhecer um pouco mais sobre a Rio2030 e suas iniciativas basta visitar o site www.rio2030.org.

Do sucesso da implantação da Agenda 2030 resultará uma sociedade mais justa e uma economia mais sustentável, com a adoção de um modelo socioeconômico que dialogue com a preservação e valorização dos recursos naturais e promova a inclusão social, assim como a implementação das cidades como provedoras da sustentabilidade e da cidadania plena. Por isso, a Agenda 2030, com os seus 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, se torna uma ferramenta fundamental para integrar e potencializar ações.

O que já podemos fazer como cidadãos? Começamos escolhendo melhor o que consumimos, priorizando produtos locais, que tenham uma menor pegada de carbono, produzidos por empresas locais e agricultores familiares, naturais, livres de poluentes, que possam ser reciclados, e sempre que possível provenientes de fontes de energias renováveis. A pergunta que fica é: Como queremos que seja 2030? A transformação começa por cada um de nós, esse é o grande chamado à ação.



A CRISE CLIMÁTICA E O VOLUNTARIADO PARA CONSERVAÇÃO



Por Angela Pellin

Agenda climática global e nacional

O Painel Intergovernamental da ONU sobre Mudança do Clima (IPCC) reúne centenas de pesquisadores, especialistas e instituições do mundo inteiro dedicados a compreender as questões relacionadas ao clima. Algumas conclusões publicadas recentemente indicam que as mudanças do clima já levaram a perdas e danos irreversíveis nos ecossistemas, com evidências de espécies migrando em direção aos polos ou para altitudes mais elevadas para escapar de altas temperaturas, de centenas de perdas locais de espécies devido à extremos de calor, e das primeiras extinções de espécies causadas pela crise do clima (IPCC, 2022a).

Os eventos climáticos extremos, cada vez mais frequentes, são responsáveis pela exposição de milhões de pessoas à insegurança alimentar e hídrica. Porém, a vulnerabilidade varia de acordo com fatores como gênero, etnia e renda (IPCC, 2022a). Em geral, aqueles menos responsáveis pelas mudanças climáticas são também aqueles que mais sofrem com seus impactos (Allum et al., 2020).

Para que a humanidade tenha uma chance, de pelo menos 50%, de estabilizar o aquecimento global em 1,5 C acima dos níveis pré-industriais, como determina o Acordo de Paris, as emissões globais de gases de efeito estufa precisam atingir seu pico entre 2020 e 2025 e cair 43% até 2030. No entanto, desde 2010 elas cresceram 12%. Ou seja, as evidências apontam para a necessidade de ação rápida (IPCC, 2022b).



Região do Baixo Rio Negro – AM Crédito: Angela Pellin.

Nesse contexto, o Brasil tem um papel importante tanto pela capacidade de contribuir para a solução quanto para o problema. A maior parte das emissões no país estão associadas às alterações de uso da terra, principalmente desmatamento e queimadas, que afetam não apenas o clima, mas provocam a degradação dos ecossistemas, afetam a produção de serviços ecossistêmicos, resultam na perda da biodiversidade, além de impactar negativamente os modos de vidas e usos tradicionais das comunidades que vivem na floresta, no caso do bioma Amazônico (Pimenta & Azevedo, 2020; Mathur et al., 2015)

O país conta com uma Política Nacional sobre Mudança do Clima, de planos setoriais para implementação de ações estratégicas e de metas voluntárias, conhecidas como contribuições nacionalmente determinadas, voltadas para redução da emissão de gases do efeito estufa. No entanto, o que temos visto é um crescimento da destruição das florestas e aumento das emissões nos últimos anos. Essa situação parece ocorrer na contramão do que a maioria da sociedade deseja.

Uma pesquisa realizada em 2021 pelo Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro, demonstra que para 96% dos brasileiros acima de 18 anos o aquecimento global está acontecendo, para 81% esta é uma questão importante, e 75% acreditam que a mudança do clima pode prejudicar muito a si e suas famílias (ITS, 2021). O que se observou na Conferência do Clima – COP 26, em Glasgow, na Escócia, também pareceu um claro desalinhamento entre governos e sociedade.

Os debates na COP envolveram aspectos como a regulamentação do tratado do clima, ampliação do financiamento climático e aumento da ambição relacionada às metas de corte de emissões de gases de efeito estufa entre os países. Mas na prática, era possível perceber, um distanciamento entre o que era tratado nas mesas de negociação e os anseios de parte da sociedade, que nas ruas faziam manifestações pedindo maior ambição e rapidez nas ações de mitigação e adaptação climática, além de mais apoio e financiamento.

Nesse cenário de expansão dos impactos e desafios relacionados às mudanças climáticas ao redor o mundo, combinado com estratégias insuficientes de mitigação e adaptação, são urgentes os modelos inovadores, estruturas conceitu-



COP 26 – Crédito: Simone Tenório.

ais, políticas e práticas, sendo que o voluntariado voltado para a ação climática pode ser um deles (Allum et al, 2020).

COMO O VOLUNTARIADO SE INSERE NA AGENDA CLIMÁTICA?

Em 2020, o Fórum Internacional para o Voluntariado no Desenvolvimento teve como tema, o Voluntariado para Ação Climática. Uma publicação do evento ressalta a importância do tema e as possibilidades de atuação considerando a adaptação (ações para minimizar os impactos negativos das mudanças climáticas sobre ecossistemas e a sociedade) e a mitigação (ações para prevenir, reduzir ou estabilizar as ameaças das mudanças climáticas). Também são abordadas as principais áreas temáticas onde as ações se concentram: I. Sensibilização da sociedade e Advocacy; II. Adaptação e resiliência; III. Capacitação; IV. Políticas e sistemas (Allum et al., 2020).

O voluntariado para a ação climática já é uma realidade em diversos países. A publicação de Learmonth (2020) apresenta o caso do voluntariado para a ação climática nos países das ilhas do pacífico, e ressalta que a sua prática informal já faz parte da cultura local, mas iniciativas formais têm aumentado (Learmonth, 2020).

Um exemplo que ocorre nas ilhas Fiji são de voluntários que trabalham com comunidades para realizar avaliações integradas para entender os riscos, identificar pontos fortes, vulnerabilidades e ações necessárias que podem ser implementadas dentro dos recursos das comunidades para enfrentar os efeitos das mudanças climáticas. Esta avaliação considera o conhecimento ecológico tradicional, padrões sazonais, frequência de risco e impactos, segurança alimentar e mapeamento de riscos e perigos (Learmonth, 2020).

Em Vanuatu, voluntários apoiam a gestão de uma rede de áreas protegidas marinhas e terrestres - Nguna-Pele, e realizam atividades de monitoramento biológico, conservação de bancos de corais, educação ambiental, gestão de resíduos e apoiam projetos sustentáveis de subsistência das comunidades. Os resultados indicam que os esforços aumentaram a resiliência dos ecossistemas locais para responder às mudanças climáticas (Learmonth, 2020).



O governo da Califórnia nos Estados Unidos criou um programa chamado “California Climate Action Corps” que apoia o desenvolvimento de ações que auxiliam na mitigação das mudanças climáticas e que apoiam comunidades desfavorecidas que sofrem mais com os seus impactos, além de capacitar e criar novas oportunidades profissionais para os voluntários.

O Projeto TERO visa aumentar a resiliência às mudanças climáticas, de comunidades que vivem no norte da África. Para isso, jovens voluntários foram treinados em redução de riscos de desastres e apoiam o desenvolvimento de planos de redução de riscos na região (Learmonth, 2020).

Esses são apenas alguns de muitos exemplos, em um cenário de ampliação do crescimento do voluntariado nesse tema, e reforçam o potencial do voluntariado voltado para a ação climática de gerar impactos positivos, além de contribuir com o senso de pertencimento, inspiração, aprendizagem, participação e solidariedade dos participantes.

VOLUNTARIADO PARA A CONSERVAÇÃO E PARA A AÇÃO CLIMÁTICA NO BRASIL

No Brasil, o voluntariado aliado à causa ambiental vem crescendo nas últimas décadas, não apenas se limitando ao atendimento de desastres ambientais esporádicos, mas sustentado por ações planejadas e cotidianas (Pellin et al. 2020). O voluntariado para a ação climática tem sido protagonizado principalmente por jovens que praticam o ativismo climático e advocacy junto à diversas redes e iniciativas que apoiam a formação e fortalecimento de lideranças, tais como o Engajamundo, o Nossas, o Youth Climate Leaders, entre outras. Porém, aos poucos, tem ficado mais claro o grande leque de possibilidades associadas ao voluntariado para a conservação e para o clima.

O IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas acredita que as unidades de conservação e outras áreas conservadas, são locais ideais para essa prática, pois são criadas e geridas com a finalidade de conservação da biodiversidade e outros aspectos naturais, culturais e sociais.

No Brasil são mais de 2.500 unidades de conservação, geridas pela união, estados e municípios, sendo públicas ou privadas e de diferentes categorias, tais como: Parques, Reservas Biológicas, Estações Ecológicas, Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável, Florestas Nacionais, entre outras. Essas áreas juntas, formam o que chamamos de Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), esse conjunto de áreas com objetivos e usos incentivados, permitidos e vedados diferentes, que permite que tenhamos um grande mosaico de áreas, que juntas tem a missão de contribuir para a conservação da biodiversidade, gerar uma série de serviços para a sociedade, como fornecimento de água e manutenção da estabilidade climática, e compatibilizar a manutenção das florestas e outros ecossistemas naturais com usos mais sustentáveis.

A sociedade tem um papel fundamental na manutenção desses espaços. Essas áreas normalmente contam com equipes e orçamentos muito reduzidos para enfrentar seus desafios e cumprir sua missão e o voluntariado pode trazer uma importante contribuição. Isso pode ocorrer por meio de uma diversidade de atividades: plantio de mudas, eliminação de espécies exóticas, melhorias em trilhas e infraestruturas, acompanhamento de visitantes ou pesquisadores, mutirões de limpeza, atividades de prevenção e combate à incêndios, desenvolvimento de atividades de educação ambiental, apoio para comunicação, apoio em oficinas e

reuniões comunitárias, auxílio para o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis, entre muitas outras (Pellin et al., 2020).

Desde 2015 o IPÊ é parceiro do Programa de Voluntariado do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) que conta com mais de 260 áreas aderidas, entre Unidades de Conservação e centros de pesquisa, e é uma referência e inspiração para muitos estados e municípios (Pellin et al., 2020). Em 2022, seu cadastro de voluntários já ultrapassa 50.000 inscritos de todo o país, e de diversas idades e formações, que querem doar parte do seu tempo, conhecimento e energia para apoiar ações de conservação.

Além da esfera federal, alguns estados também já têm iniciativas próprias, assim como já existem redes de voluntárias estruturadas, como a Rede Brasileira de Trilhas de Longo Curso que agrega centenas de voluntários de todo o país



com ações de construção, manutenção e sinalização de trilhas e de restauração, contribuindo para ampliar o uso dessas áreas pela sociedade e a conexão entre áreas protegidas. Outra iniciativa que tem crescido é a Rede Nacional de Brigadas Voluntárias que reúne centenas de voluntários que ajudam na prevenção e combate a incêndios em áreas naturais.

Em 2021, o IPÊ com o apoio de uma rede de parceiros, realizou dois importantes eventos sobre o tema: o I Fórum Brasileiro de Voluntariado em Unidades de Conservação e o I Encontro de Boas Práticas em Voluntariado em Unidades de Conservação. Durante o Fórum, servidores federais, estaduais e municipais, gestores de unidades de conservação públicas e privadas, representantes de instituições parceiras, pesquisadores, estudantes e voluntários reuniram-se para compartilhar experiências, além de inspirar e promover o engajamento de profissionais e voluntários.

No Fórum ficou evidente a importância do voluntariado em situações como a dos grandes incêndios no Pantanal em 2020. Especialistas destacaram o seu papel para o cumprimento das metas globais de desenvolvimento sustentável, e



ainda foi discutido o potencial de aproximar mais o voluntariado para a conservação do voluntariado empresarial, dentro da agenda de ESG das empresas. No Encontro de Boas Práticas foram apresentadas 25 experiências de voluntariado para a conservação em temas como prevenção e combate à incêndios, pesquisa e monitoramento, formação e educação ambiental, uso público e gestão de programas. Elas serviram de inspiração e de subsídio para discussões sobre desafios e aprendizados na gestão do voluntariado. Para conhecer mais sobre os resultados dos eventos e assistir os vídeos das boas práticas acesse: <https://voluntariado.ipe.org.br/>

Uma das reflexões geradas pelos eventos foi de que a sociedade deseja maior participação na temática ambiental e quer contribuir na agenda do voluntariado para a conservação. Cabe ao poder público, organizações da sociedade civil e empresas apoiarem a implementação dessas iniciativas que precisam ser vistas como parte de uma política pública mais ampla, reconhecendo o voluntariado e promovendo essa alternativa de participação social na agenda de conservação e clima.

COMO O VOLUNTARIADO EMPRESARIAL PODE SE ENGAJAR?

Na medida em que o tema avança no Brasil, fica mais claro que essa é uma agenda que precisa envolver todos os setores da sociedade, e as empresas têm um papel importante gerando inovação e apoiando a busca de soluções para os desafios climáticos e da conservação da biodiversidade.

Muitas empresas já contam com programas de voluntariado consolidados, mobilizando recursos e colaboradores para apoiar ações sociais, culturais e educacionais, e em menor proporção para ações ambientais. Outras ainda não contam

com programas estruturados, mas já despertaram para o tema, em parte impulsionadas pelas discussões relacionadas ao ESG - Environmental social and corporate governance e aos ODS - Objetivos de desenvolvimento do milênio.

O Fórum de Voluntariado em Unidades de Conservação, trouxe um painel denominado: "Perspectivas para o voluntariado para a conservação: o que aprender e como ampliar a integração com o setor empresarial". Gustavo Narciso, do Instituto C&A, trouxe o desafio de discutir voluntariado, moda e conservação e ressaltou: "A gente tem um propósito de fortalecer comunidades por meio da moda, investimos em projetos que endereçam soluções, oportunidades, plataformas e mentorias para que negócios de moda, de pequenos empreendedores e organizações sociais, fiquem mais resilientes".

Erika Santana, representando o Conselho Brasileiro de Voluntariado Empresarial - CBVE, trouxe informações sobre as ações do conselho e do seu potencial de mobilização e que o voluntariado corporativo e o voluntariado para conservação podem seguir juntos. "Hoje no conselho somos 20 empresas com 500.000 colaboradores e 36.292 voluntários... entre nossas estratégias está estimular os coordenadores de voluntariado para essa pauta e trazer oportunidades de experiências que sejam significativas aos voluntários".

Silvia Naccache, que atua com voluntariado e responsabilidade social há muitos anos e é uma das fundadoras do Grupo de Estudos de Voluntariado Empresarial - GEVE destacou: "Voluntariado é uma temática perfeita. Todo mundo ganha com o voluntariado, ganha quem pratica a ação na descoberta e no desenvolvimento de talentos, amplia sua visão de mundo. Essa é também uma oportunidade de participação como cidadão de transformar a sua realidade".



Painel que retrata os principais destaques do Painel "Perspectivas para o voluntariado para a conservação: o que aprender e como ampliar a integração com o setor empresarial".



A partir do evento o IPÊ e o CBVE iniciaram um diálogo para a construção de uma agenda de atuação conjunta e, em 2022, foi estabelecida uma parceria estratégica, visando fomentar o voluntariado para a conservação e para a ação climática junto às empresas.

O IPÊ tem um histórico de parcerias com empresas em projetos de conservação, por meio da sua Unidade de Negócios Sustentáveis - UNS, inclusive com algumas ações envolvendo voluntariado empresarial. As experiências já realizadas são exemplos do enorme potencial que ainda pode ser explorado.

Uma parceria entre o IPÊ e o KM solidário, com a participação da EDP e RaiaDrogasil, mobilizaram seus colaboradores e contribuíram para o plantio de

5.000 mudas de espécies da Mata Atlântica no entorno das represas do sistema Cantareira, área de manancial de recursos hídricos para abastecimento público. Outro exemplo de ação na mesma região foi desenvolvido entre Instituto C&A e IPÊ, junto ao Projeto Costurando o Futuro, que apoia mulheres da região na geração de renda por meio de desenvolvimento de produtos sustentáveis, e onde voluntários do instituto puderam contribuir para o estudo e formatação de produtos, que aliam moda e conservação. Ainda no Sistema Cantareira, uma iniciativa denominada “Escolas Climáticas” envolveu a participação de voluntários da Petrobrás em uma escola pública do município de Paulínia. As escolas envolvidas recebem apoio do IPÊ para realizar ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas e para se tornarem referência para as comunidades onde estão localizadas.



Algumas iniciativas foram voltadas para a Amazônia. Foi o caso da ação que ocorreu em 2016, também com apoio do Instituto C&A, que forneceu apoio financeiro e mobilizou voluntários para construção de uma biblioteca comunitária na região do Baixo Rio Negro, na comunidade Nova Esperança, formada por indígenas da etnia Baré que vivem na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Puranga-Conquista. O espaço recebeu o nome de Uka Yayumbwé Bayakú “casa do conhecimento Bayakú”. Outra ação, mais recente, também junto à RDS Puranga-Conquista tem sido desenvolvida com apoio do LinkedIn e Projeto LIRA em uma iniciativa chamada “Navegando Educação Empreendedora na Amazônia”. Entre as ações realizadas está a participação de voluntários de várias empresas para apoiar empreendedores na elaboração de planos de negócios que vão auxiliar na superação de desafios que envolvem logística, comunicação, marketing, infraestrutura e contabilidade. Os voluntários visitaram os empreendedores e posteriormente seguiram com mentorias online .



Outra ação recente foi realizada pelo IPÊ, em parceria com a empresa Alpargatas e a Fundação Florestal de São Paulo. Na oportunidade foram mobilizados funcionários da empresa que participaram de uma ação no Parque Estadual do Jaraguá, que abrange as cidades de São Paulo e Osasco. Estes contribuíram com a reestruturação do viveiro de mudas nativas, coletas de sementes, plantio de mudas e pintura de mesas de um espaço frequentado pelos visitantes. Além disso, os voluntários receberam informações sobre o Parque e sua importância, e sobre o papel do voluntariado para a conservação. Os resultados gerados foram tão positivos que outras ações já estão agendadas para 2022, envolvendo a continuidade das ações com o viveiro, a confecção de ecobrinquedos e o apoio à condução de pessoas com deficiências pelas trilhas com a utilização das cadeiras Juliette.

O modelo que o IPÊ vem construindo para atuação junto ao voluntariado empresarial visa atender as necessidades e interesses das áreas protegidas e das empresas, com um olhar estratégico que gere impacto para a conservação e ação climática. Dessa forma, um dos nossos papéis é servir como ponte entre ambos, e desenvolver ações que sirvam de inspiração para outras iniciativas e tragam benefícios a todos os envolvidos, áreas protegidas, empresas e voluntários.



Modelo de atuação do voluntariado da iniciativa voltada para o apoio ao voluntariado empresarial voltado para a conservação e ação climática.

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

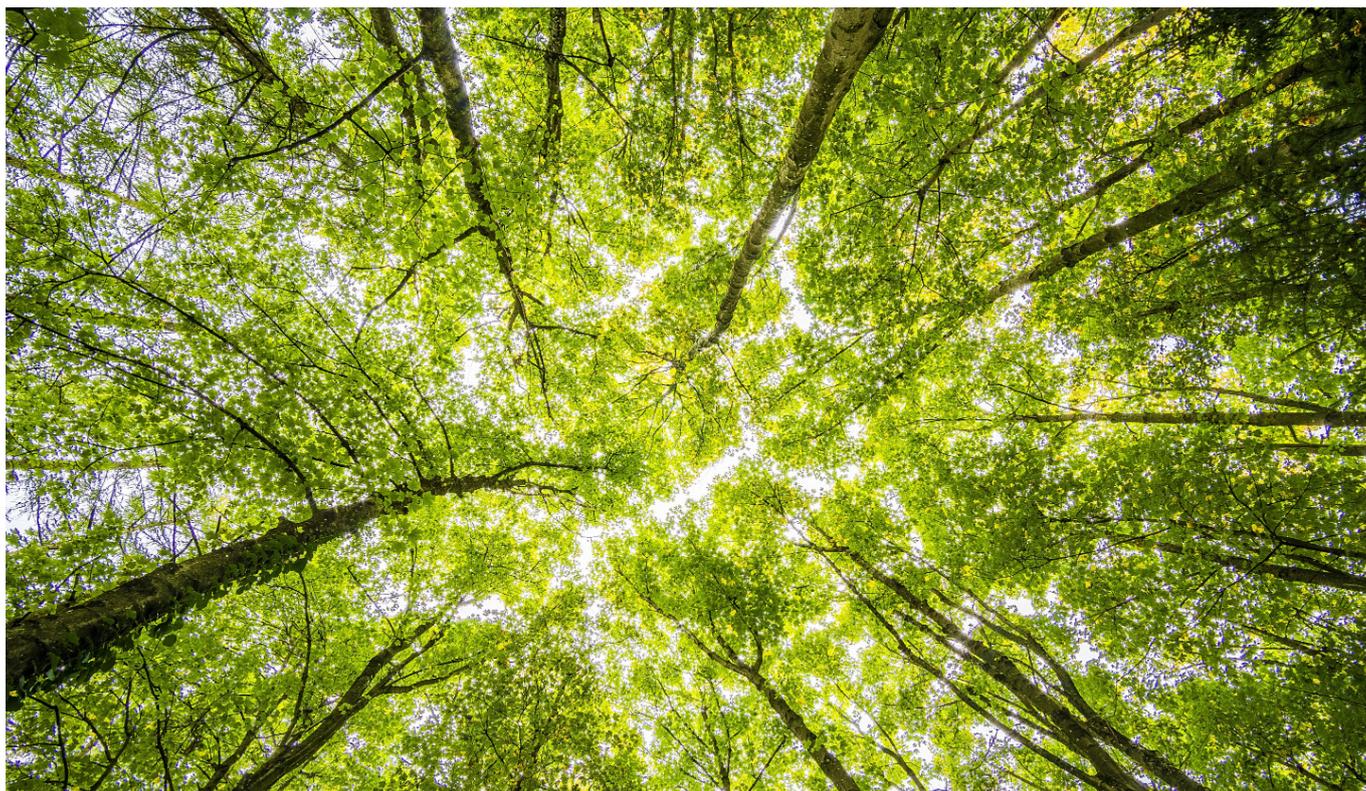
Apesar da prática do voluntariado para a conservação e ação climática está crescendo no país, ainda existe um longo caminho para percorrer associado ao estabelecimento de conceitos, ampliação da comunicação e amadurecimento das melhores estratégias e processos.

A mensuração dos resultados e impactos ainda é um desafio, mas sabemos que já são milhares de pessoas engajadas. São pessoas de todas as idades que atuam como ativistas pela causa e com diversas ações como a construção e sinalização de centenas de quilômetros de trilhas, prevenção e combate a incêndios, ações de educação ambiental em comunidades e escolas, plantio de árvores, restauração de áreas degradadas, monitoramento ambiental, apoio às comunidades, capacitação, comunicação, entre muitas outras.



Mas os ganhos não param por aí. Todos esses voluntários juntos formam uma grande rede de pessoas que acredita que é possível se dedicar a uma causa. Eles têm a oportunidade de vivenciar experiências transformadoras, conhecer os desafios e oportunidades das nossas unidades de conservação, ampliar sua conexão com essas áreas e, assim, se tornarem seus defensores. Fortalecer o voluntariado nessas áreas contribui para ampliar a participação social na sua gestão e para aumentar o engajamento da sociedade na conservação da natureza e em ações voltadas para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Além disso, atuar nessas áreas promove o contato dessas pessoas com a natureza, tão importante para saúde física e mental de todos, e para formar novas gerações de profissionais preocupados com a causa ambiental.

Para que tudo isso seja possível é necessário o envolvimento dos diferentes setores: o governo promovendo e implementando políticas públicas que apoiem e facilitem o voluntariado para a conservação e para a ação climática; as organizações da sociedade civil acompanhando essas políticas e apoiando sua implementação, promovendo e estimulando a participação social; e o setor empresarial, promovendo programas de voluntariado que possuam alinhamento estratégico com seus negócios, e que contribuam para o engajamento de seus colaboradores em prol de causas comuns e que gerem impactos positivos para a sociedade.



Saiba mais:

Conheça as Boas Práticas em Voluntariado em Unidades de Conservação e acesse todo o conteúdo do I Fórum Brasileiro de Voluntariado em Unidades de Conservação e do I Encontro de Boas Práticas em Voluntariado em Unidades de Conservação nos endereços: www.voluntariado.ipe.org.br e no Canal do IPÊ no Youtube.

Também é possível acessar as duas Séries Técnicas do IPÊ sobre o Voluntariado para a Conservação [AQUI](#)



Por Carlos Eduardo G. Jamel

COMITÊ DE BACIA DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GANABAR – UM LABORATÓRIO

A origem do Comitê de Bacia da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara deu-se a partir da iniciativa de diversas organizações da sociedade civil e usuários das águas (pescadores, inclusive) no entorno da belíssima e maltratada Baía de Guanabara. A insatisfação gerada por projetos de despoluição e recuperação malsucedidos, à exemplo do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara, iniciado na década de 90, agregou voluntários da Sociedade Civil, técnicos e gestores públicos interessados, que conseguiram o apoio da Secretaria de Estado de Recursos Hídricos no ano de 2001 para criação de duas Comissões, uma para cada lado da Baía de Guanabara, sendo a Comissão Pró-Comitê do Leste da Guanabara e a Comissão Pró-Comitê do Oeste da Guanabara.

À época, os coletivos também se movimentavam nas áreas das lagunas costeiras existentes no litoral, a leste e oeste da Baía, em especial no conjunto de lagunas da Barra da Tijuca e Jacarepaguá e Lagoas de Itaipu e Piratininga, em Niterói. O objetivo comum era instituir Comitês de Bacia, que permitissem a participação mais efetiva da sociedade na gestão desses corpos hídricos e suas bacias hidrográficas.

A Comissão Pró-Comitê do Leste liderou o processo de estruturação, tendo o Instituto Baía de Guanabara - do qual também fiz parte como associado e membro do Conselho - como um dos principais agentes catalisadores na sua criação. Em paralelo, movimento liderado pelo Conselho Comunitário da Região Oceânica fundou em 2002 o “Comitê de Bacia do Sistema Lagunar Itaipu-Piratininga – CLIP”, que iniciou atuação buscando articular entidades da sociedade civil, usuários de água e gestores públicos na busca de soluções para a conservação das lagoas e rios locais.



Num ato em princípio contestado por várias entidades atuantes na gestão de bacias, o Governo do Estado do Rio consolidou os diferentes Pró-Comitês – Leste, Oeste e Sistemas Lagunares – num único Comitê da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá a Jacarepaguá (CBH-BG), instituído pelo Decreto Estadual nº 38.260 de 16 de setembro de 2005. No entanto, aceitou inovar com uma estruturação em seis Subcomitês – Leste e Oeste da Baía de Guanabara e quatro sistemas lagunares costeiros -, cujos representantes compõem uma diretoria colegiada no CBH-BG.

Atuante no CBH-BG desde a fundação em 2005 (e antes disso), pude observar nesse laboratório de participação social alguns fatos que dão sentido a este capítulo:

- O Comitê é um fórum eficiente de articulação entre sociedade civil, governo e usuários de água, porém nem sempre eficaz. É um desafio constante trabalhar a articulação entre as partes, planejar metas comuns e executá-las.
- As empresas, com exceção das concessionárias de saneamento, participam relativamente pouco dos Comitês, e esse é um caso especialmente concreto no CBH-BG e seus Subcomitês. Frequentemente sobram vagas não preenchidas no segmento Usuários.
- As empresas, usuárias expressivas de água, perdem a oportunidade de participar da governança e conservação dos recursos hídricos, fator fundamental para sua operação e existência.
- Nos momentos em que há empresas participando dos Comitês, a participação é em geral qualificada, com a representação feita por profissionais que têm boas condições de contribuir efetivamente com a agenda do Comitê. Em parte, pela formação das pessoas enviadas a participar, e em parte pela disponibilidade de tempo permitida pela empresa para a representação.

COMITÊS DE BACIA - O QUE SÃO, COMO FUNCIONAM

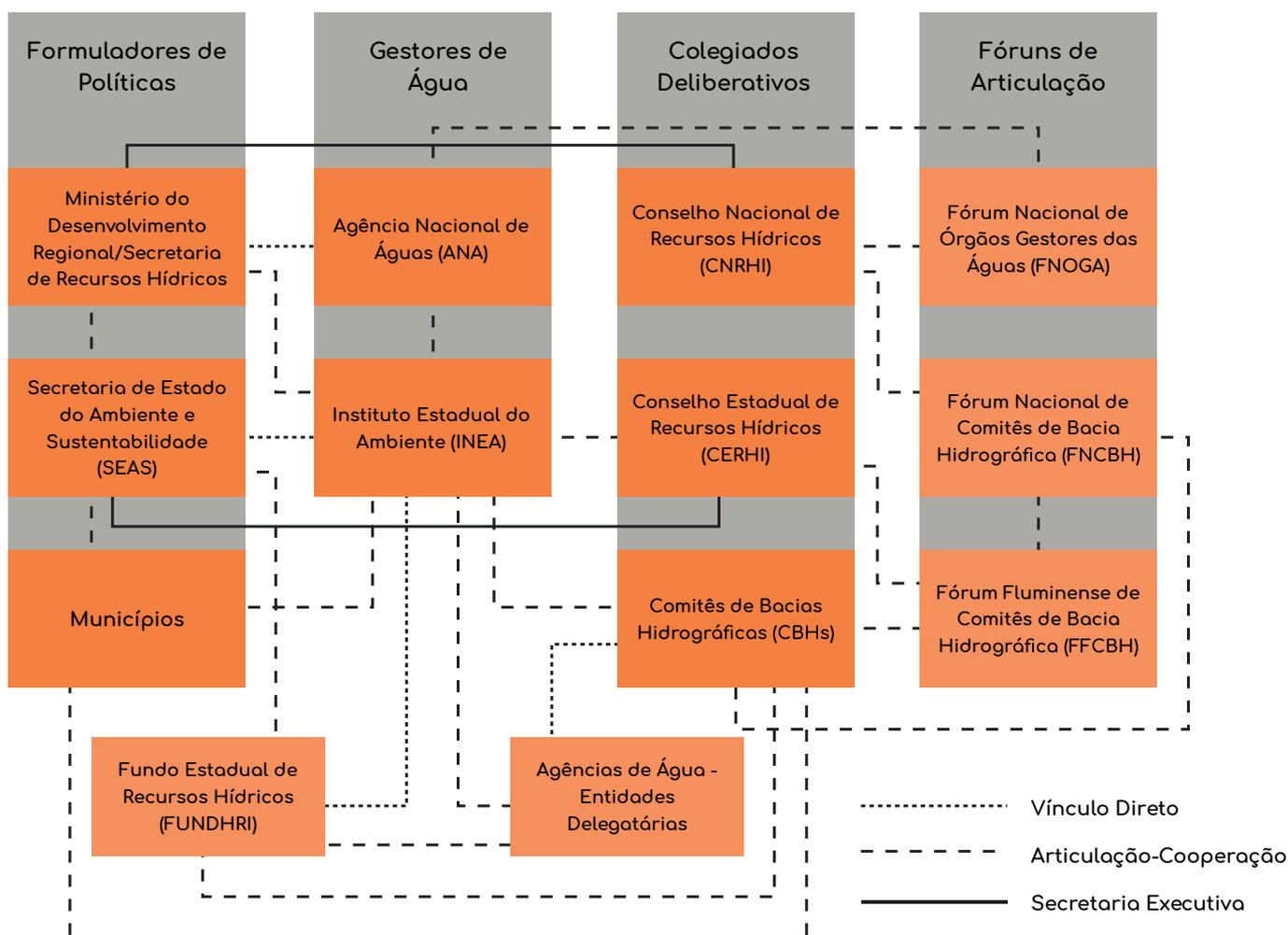
A lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, também chamada Lei das Águas, define a Política Nacional de Recursos Hídricos e quem a executa, instituindo o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH). Este sistema tem como objetivo coordenar a gestão integrada das águas, planejando, regulando e controlando o uso, enquanto promove a preservação e a recuperação dos recursos hídricos. Além disso, o Sistema arbitra os conflitos relacionados com os recursos hídricos e promove a cobrança pelo seu uso.

Os Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH) são parte fundamental do conjunto de órgãos que forma o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, dando capilaridade a esse Sistema através de grupos locais de atores, atuando nas regiões drenantes para os diversos corpos hídricos do território brasileiro. Estas bacias hidrográficas, enquanto áreas de atuação de Comitês de Bacia, podem ter tamanhos diversos, compreendendo extensos rios interestaduais ou rios

e lagoas de importância mais localizada. A Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, por exemplo, sob gestão do seu Comitê de Bacia (CEIVAP), possui cerca de 55.500 km² e abrange 184 municípios em parte de três Estados: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. O Comitê de Bacia da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara e Sistemas Lagunares de Maricá a Jacarepaguá (CBH-BG) abrange total ou parcialmente 17 municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, somando cerca de 4.800 km², abrigando população de mais de 10 milhões de habitantes e grande parte das empresas do Estado do Rio, inclusive indústrias.

Os Comitês de Bacia são órgãos colegiados deliberativos do SINGREH, sendo uma das instâncias em que a sociedade e empresas podem ter voz e poder de decisão sobre a gestão e conservação dos recursos hídricos. Os Comitês de rios estaduais atuam em consonância com os demais órgãos estaduais de gestão das águas, conectando-se também com as instâncias federais do Sistema, conforme ilustrado na Figura 1.

A DINÂMICA ENTRE O SEGHRI E O SINGREH



Os CBHs compõem-se de três segmentos:

- Sociedade civil – Entidades da sociedade civil organizada, formalizadas e com atuação comprovada relacionada ao uso, gestão ou conservação dos recursos hídricos.
- Usuários das águas – Entidades que utilizam os recursos hídricos para fins de consumo no seu negócio, na prestação de serviço público (concessionárias) ou uso não-consuntivo (associações de pescadores, entidades de turismo e lazer ou desportistas, por exemplo).
- Governo – Órgãos do governo municipal, estadual ou federal relacionados à gestão dos recursos hídricos locais.

Cada um dos segmentos é representado nas coordenações colegiadas dos Comitês (diretorias), sendo a Plenária a instância deliberativa de fato (conjunto de todos os membros, em quórum definido por regimento interno). Como os Comitês não têm personalidade jurídica própria, operam em conjunto com uma Entidade Delegatária ou Agência de Águas, que efetivam a contratação de pessoal de apoio às funções dos CBHs (Secretaria Executiva) e de editais e contratações decididos pelo Comitê. A fonte de recursos financeiros que as Agências gerenciam é a arrecadação pela cobrança do uso da água bruta na área da bacia hidrográfica (outorga onerosa). A aplicação desses recursos - na própria bacia - é decidida através de deliberações e planos de aplicação aprovados pelo respectivo Comitê, com um maior percentual dedicado a projetos de saneamento.

Os objetivos e metas da gestão para uso e conservação das águas na área de atuação de cada Comitê devem ser estabelecidos num Plano de Bacia Hidrográfica (PBH), que norteará os trabalhos e aplicação de recursos do Comitê de Bacia. Em tese, o Plano de Bacia Hidrográfica, por ter sido construído de maneira participativa por um órgão (o Comitê) que integra sociedade, usuários e governo, deveria ser estruturante em relação aos demais projetos de governo e planos de investimento públicos e privados. Na prática, o Comitê de Bacia tem que articular e compatibilizar o seu próprio planejamento com diversas outras iniciativas, que afetam direta ou indiretamente os recursos hídricos locais.

Para que o Comitê de Bacia possa de fato ser ativo na gestão da bacia hidrográfica, é necessária a capacidade de analisar políticas, programas e projetos propostos pelas instâncias de governo, avaliar e propor legislação e normas, avaliar projetos de terceiros, conceber, planejar e acompanhar projetos próprios e mensurar sua eficácia. Sendo um colegiado de voluntários da sociedade civil, usuários e membros cedidos para representação por outros órgãos e empresas, percebe-se que um dos pontos críticos no funcionamento dos Comitês é a possibilidade de dedicação dos seus membros às tarefas necessárias à gestão.

A depender dos recursos financeiros disponíveis para cada Comitê e do grau de maturidade institucional de sua constituição, haverá ou não a Entidade Delegatária contratada, e o contrato contemplará mais ou menos recursos humanos e materiais para apoiar as ações discutidas e deliberadas. Mesmo quando há corpo técnico contratado na Delegatária, ainda há a necessidade de capacidade na Plenária para

avaliar propostas, projetos e ações, e deliberar eficientemente sobre estas. A observação constante da bacia hidrográfica e o entendimento das relações entre suas comunidades e os recursos hídricos locais demandam a presença dos membros do Comitê em campo, vistorias, conversas, entrevistas e reuniões. Planejar de maneira participativa requer reuniões de trabalho, oficinas, seminários.

Em síntese, os Comitês de Bacia são um instrumento poderoso de participação e controle social com foco num recurso vital: a água. No entanto, as tarefas para seu bom funcionamento são hercúleas e recaem sobre as costas de um pequeno número de membros. É nessa lacuna que as diferentes formas e fontes de voluntariado podem se complementar e incrementar a eficiência dos Comitês.

EMPRESAS E COMITÊS DE BACIA – INTERESSES COMPARTILHADOS

Pessoas e processos de produção não existem sem disponibilidade de água. Seja para o bem-estar dos trabalhadores, para a dessedentação dos animais e irrigação das culturas, para a geração de energia ou para uso em processos industriais. Manter a água disponível e em boa qualidade para uso é uma necessidade vital para a economia tanto quanto para a própria vida. Além da necessidade direta, a água é necessária para o funcionamento dos ecossistemas e seu equilíbrio, o que contribui indiretamente, mas de maneira fundamental, com todo o sistema de produção humano.

O saneamento também é de vital importância para as empresas, seja pelos aspectos regulatórios (imposições legais e éticas) seja pela necessidade de fazer a sua parte no saneamento e despoluição para poder ter (e exigir) qualidade na captação. Sempre há usuários a montante dos quais você depende, ou uma série de usuários a jusante exigindo seus direitos de uso.

Mesmo quando a captação é subterrânea, está sujeita à interferência em qualidade e quantidade determinada pelas demais captações no entorno. Mais do que isso, depende-se também das áreas de recarga de águas na bacia hidrográfica. Essas áreas são essenciais para a infiltração das águas de chuva, recarga dos aquíferos subterrâneos e posterior liberação em nascentes e rios.

As áreas de recarga (infiltração) também reduzem o escoamento superficial das águas nas chuvas intensas, reduzindo o risco de enchentes. Preservar as áreas de recarga é do interesse de todos.

A boa gestão de qualquer empresa, de qualquer ramo, deve ter atenção com a disponibilidade e a qualidade da água. Especialmente nas grandes cidades, onde os sistemas de distribuição de água estão em geral distantes da captação e tratamento, impera a noção de que o fornecimento de água aos imóveis é perene e estável. Não é. O risco de desabastecimento ou perda de qualidade é real e atual, sendo noticiado com frequência (em São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo). Com as mudanças climáticas em curso, aumentam os riscos de crises disruptivas tanto no meio rural quanto no urbano. Em época de grande ênfase na sustentabilidade e nos padrões ESG (meio ambiente, inserção social e governança), é fundamental que a empresa exerça gestão sobre a disponibilidade dos recursos vitais ao seu funcionamento, sem ferir os preceitos do uso múltiplo e justo das águas.

Os Comitês de Bacia são por essência entidades abertas à participação da sociedade e dos agentes econômicos. Para além de serem um fórum democrático - o Parlamento das Águas - os Comitês em sua ação continuada estabelecem diretrizes para conservação das águas e saneamento (Plano de Bacia e outros documentos), assim como canais formais de participação e articulação entre poder público, sociedade e empresas. Nada mais conveniente para permitir uma gestão ativa da conservação dos recursos hídricos pelos seus usuários, entre eles as empresas (Figura 2).



Figura 2 - Interesses comuns entre Comitês de Bacia e Empresas.

Segundo MATOS, DIAS e CARRIERI (2022) “Os comitês não são um fim em si mesmos; constituem-se em um instrumento, um meio, uma forma para a resolução de problemas ou para alcançar objetivos comuns. De acordo com a legislação, os comitês devem definir as regras a serem seguidas com relação ao uso das águas e a sua composição deve refletir, como já foi referido anteriormente, os múltiplos interesses com relação às águas da bacia, tendo em vista que cada unidade territorial mantém diferentes expectativas quanto à sua utilização e, consequentemente, diferentes conflitos de interesse. Assim, o funcionamento dessas instâncias é parte essencial do processo de gestão descentralizada e participativa, para a articulação do planejamento de recursos hídricos, como preconizado na legislação”.

A participação das empresas no Comitê pode se dar de duas formas: a) através da representação na Plenária do Comitê, em geral compondo o segmento Usuários das Águas, com direito a voz e voto, e b) através do voluntariado. As duas modalidades não são excludentes entre si, podendo coexistir. Enquanto parte da Plenária, a empresa pode deliberar em conjunto com o colegiado, defendendo seus interesses, sem descuidar dos interesses coletivos e de evitar ou mitigar conflitos no uso das águas. Na modalidade de voluntariado corporativo, especificamente o empresarial, a empresa pode contribuir ativamente nas tarefas inerentes ao Comitê, incluindo a participação em grupos de trabalho, programas e projetos. Conforme esclarece o CBVE, “voluntariado empresarial é uma iniciativa de responsabilidade social de empresas e organizações, que visa incentivar, organizar, apoiar e reconhecer ações voluntárias de participação cidadã de seus profissionais e demais públicos de relacionamento, em prol da sociedade.

Apoiar uma causa, humanizar as relações e envolver os funcionários, além de construir uma imagem positiva perante o mercado, ampliam novas habilidades profissionais e fortalecem a integração entre as equipes”.

O conjunto de qualificações disponível nos recursos humanos de uma empresa são valiosos para a consecução das atividades do Comitê: gestão de pessoas, gestão de projetos, análise financeira, mobilização do público, preparo de peças ou projetos de comunicação, elaboração de pareceres e documentos técnicos são exemplos de tarefas onde o voluntariado empresarial pode fazer grande diferença, aumentando a eficiência do Comitê e de sua Entidade Delegatária. Equipes de voluntários organizadas por empresas, trabalhando de forma eventual ou contínua com o Comitê são um recurso valioso. Ao mesmo tempo, o Comitê, sua missão, programas e projetos fornecem um arcabouço excepcional para o exercício da responsabilidade social e ambiental das empresas. A atuação do voluntariado empresarial nas bacias hidrográficas, sob a articulação do Comitê de Bacia, é capaz de produzir projetos com grande alcance ambiental, social e durabilidade no tempo, tendo efeito transformador na qualidade de vida e conservação ambiental. A Figura 3 ilustra a convergência de interesses e de possibilidades de atuação entre Comitês e o voluntariado empresarial.

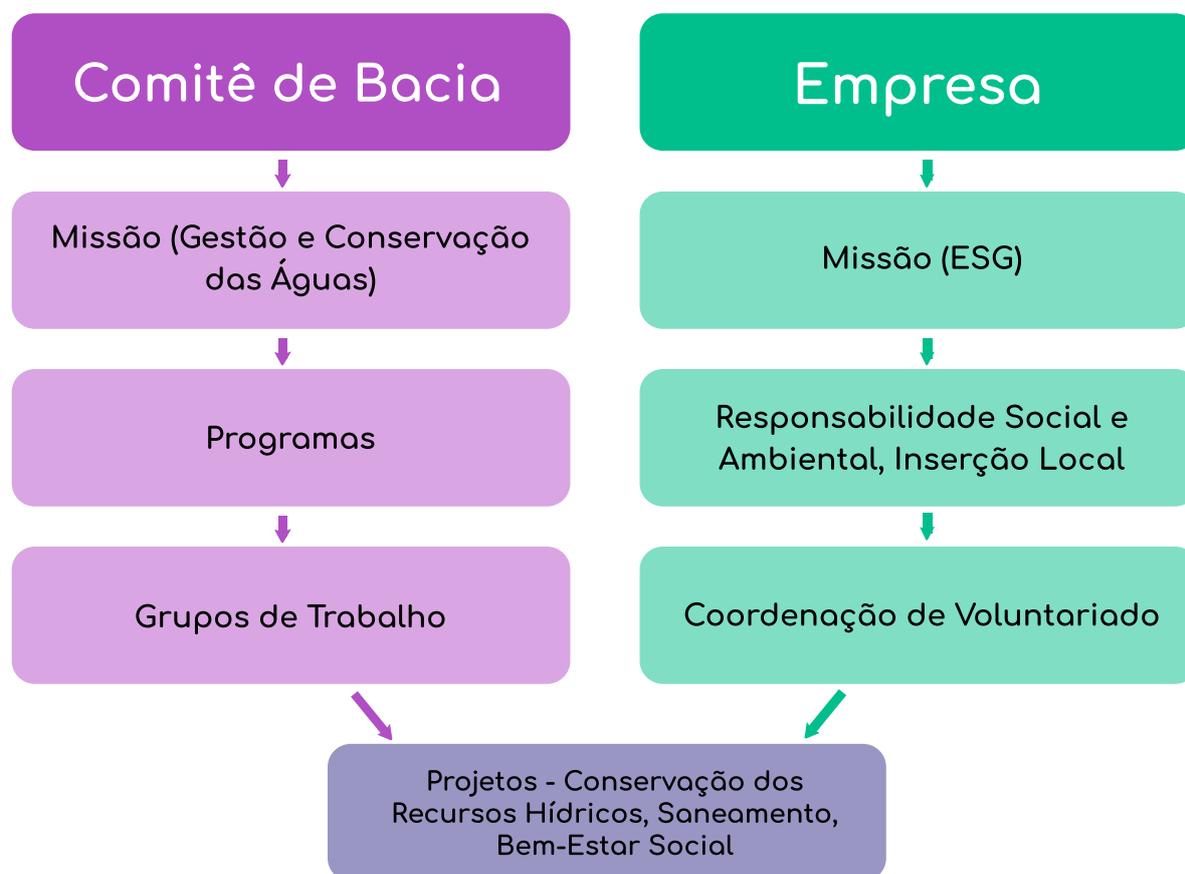


Figura 3 - Convergência de interesses e potencial estruturante do Comitê de Bacia para o voluntariado empresarial.

Através de programas e projetos do Comitê de Bacia, a empresa pode estruturar sua inserção local, através da responsabilidade social e cooperação na gestão dos recursos naturais. Para os voluntários envolvidos, há uma forte noção de utilidade e responsabilidade ambiental e social nos serviços prestados, visto que se inserem em objetivos de interesse público e de longa duração.

OPORTUNIDADES DE FINANCIAMENTO DE PROJETOS TENDO O CBH/DELEGATÁRIA E PODER PÚBLICO COMO CO-GESTORES.

Programas de voluntariado empresarial consomem recursos das empresas, sejam humanos, materiais ou financeiros. A cessão de tempo dos empregados, o fornecimento de recursos como veículos e equipamentos e o financiamento dos projetos não são desprezíveis e devem ser estabelecidos em orçamento anual. O impacto positivo causado pelos projetos de voluntariado, por melhor que seja o planejamento e execução, serão proporcionais aos recursos despendidos pela empresa. Assim, outra vantagem da associação dos programas de voluntariado com os Comitês de Bacia é a possibilidade de sinergia entre recursos humanos, materiais e financeiros das duas entidades, com potencial de multiplicar os resultados do projeto.

Alguns projetos dos Comitês - especialmente os de saneamento - podem ser casados com recursos públicos para a sua consecução. Um exemplo recente foi o projeto de melhorias no saneamento da Comunidade dos Cabritos, na bacia do Rio Jacaré, na Região Oceânica de Niterói, estado do Rio de Janeiro. Este projeto teve destinação de recursos financeiros feita pelo Subcomitê de Bacia do Sistema Lagunar Itaipu-Piratininga (CLIP), mas em casamento com recursos de financiamento do Consórcio Andino de Fomento (CAF) tomado pela Prefeitura de Niterói, dentro do Programa Pró-Sustentável. O Comitê sozinho dificilmente teria capacidade financeira e técnica de executar as obras sem o poder público municipal e concessionária de saneamento. Com a convergência de interesses e sinergia de recursos, a obra pode ser executada, com benefícios diretos para a comunidade e para o Rio Jacaré.

Neste projeto houve certa dificuldade para que os membros da Plenária do Comitê acompanhassem a concepção do projeto, seus custos e planejamento e sua execução, assim como os resultados obtidos, ficando para esta finalidade dependente do corpo técnico da Prefeitura e da Entidade Delegatária. Nesse contexto, a participação de um corpo de voluntariado capacitado poderia ter efeitos muito positivos na percepção e resultados do projeto, incrementando:

- COMUNICAÇÃO ENTRE EXECUTORES, GRUPO DE TRABALHO E A PLENÁRIA DO COMITÊ;
- COMUNICAÇÃO COM OS MORADORES;
- CONTRIBUIÇÕES NA ANÁLISE TÉCNICA DO PROJETO E DO EXECUTADO (AS BUILT);
- CONTRIBUIÇÕES NA ANÁLISE FINANCEIRA DO PROJETO - ORÇAMENTAÇÃO, INDICADORES DE EFICIÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS;
- AVALIAÇÃO DO IMPACTO AMBIENTAL E SOCIAL DO PROJETO.
- AÇÕES PARALELAS DE ASSISTÊNCIA À COMUNIDADE, COMO SEGURANÇA ALIMENTAR, HÁBITOS DE SAÚDE, ACESSO À ESCOLA, EDUCAÇÃO AMBIENTAL, ENTRE OUTROS.

Através da participação do voluntariado empresarial nos diferentes Grupos de Trabalho do Comitê (GTs) é possível também influir na definição de projetos priori-

tários e trabalhar no seu desenvolvimento e acompanhamento. É comum que os Comitês tenham G Ts dedicados à comunicação e mobilização social, estudos e projetos, educação ambiental e aspectos institucionais e legais do próprio Comitê e da gestão das águas.

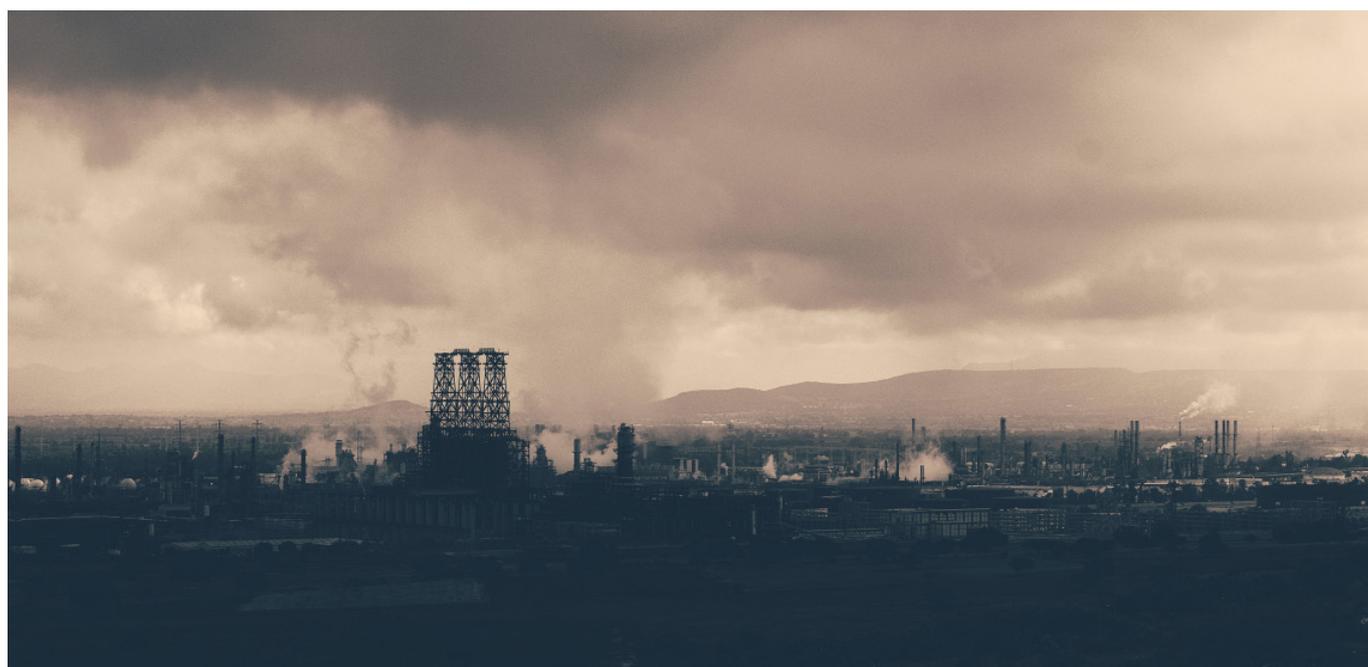
A participação das empresas através dos seus voluntários em projetos com cogestão do poder público constitui também oportunidade de interação e estreitamento de laços entre a empresa e governo, num ambiente saudável de colaboração em interesse público. Essa colaboração reforça laços de confiança entre funcionários, técnicos e gestores, importantes na governança empresarial.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS - DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS EM REDES DE COLABORAÇÃO

Em todo o mundo as mudanças climáticas já são sentidas, trazendo impactos negativos aos corpos hídricos e bacias de drenagem, assim como mais incertezas para a gestão das bacias hidrográficas.

Na Região Leste da Baía de Guanabara, por exemplo, já se enfrentam os efeitos das mudanças climáticas, com períodos mais longos de estiagens que, quando combinadas com calor intenso, aumentam o consumo da população em período de estresse hídrico. Consequentemente, aumenta o risco de desabastecimento de água para uma região com cerca de seis milhões de habitantes e muitas empresas, incluindo o polo petroquímico do COMPERJ.

O potencial conflito no uso das águas já se delineaia nas discussões e protestos sobre o projeto de construção da barragem no Rio Guapiaçu, prevista não só para regularizar o abastecimento no sistema de captação e tratamento Imunana-Laranja, mas também abastecer o COMPERJ, um projeto licenciado sem alternativa de abastecimento de água definida.



Na mediação dos conflitos de uso das águas, os CBHs têm papel preponderante na legislação vigente. A participação qualificada das empresas nesses Comitês, seja como membros das Plenárias ou como corpo de voluntários, assume importância estratégica diante das incertezas crescentes. É preciso melhorar o planejamento e a capacidade de gestão e conservação das águas para preservar a saúde econômica do território.

Alguns fenômenos com perigosa retroalimentação parecem já estar ativados em diversas regiões do mundo e no Brasil, como a ocorrência de estiagens mais longas, extensos incêndios na vegetação e consequente perda de capacidade de recarga das bacias hidrográficas, acentuando ainda mais as estiagens. Incêndios causam perdas diretas de ativos econômicos – de danos a linhas de transmissão à destruição de benfeitorias e lavouras agrícolas – além de declínio da produtividade e riscos de ruptura de cadeias econômicas devido à escassez de água. A gestão ativa de riscos faz parte da governança das empresas e os Comitês de Bacia são os coletivos por excelência para essa prática. Os CBHs, por envolverem governo, sociedade e empresas, têm meios para articular uma poderosa rede local e regional, capaz de atuar em projetos de adaptação e mitigação dos riscos gerados pelas mudanças climáticas.

Não basta aos Comitês e empresas trabalharem na adaptação às mudanças já inevitáveis. É necessário começar um forte e longo trabalho de reversão da degradação, através da mudança de hábitos de consumo e da recuperação da qualidade ambiental das bacias hidrográficas. Em ambas as vertentes, os Comitês de Bacia têm importância estratégica, através dos Planos de Bacia e sua execução articulada entre sociedade, governo e empresas. Os GTs de educação ambiental e comunicação/mobilização podem ser instrumentos importantes a serem fortalecidos pelo voluntariado empresarial.

Economia circular, de baixo carbono e a recuperação massiva de ecossistemas devem sair do campo das intenções e discursos e passar à prática diária das empresas, assim como preocupação central dos Comitês de Bacia e Governos.

O termo governança significa a prática de um conjunto de ações, com responsabilidades definidas, que ajudam a desenhar os processos para tomadas de decisão e redução de riscos e incertezas. Ter governança é poder exercer influência ou autoridade sobre um conjunto relevante de fatores, importantes para a consecução da missão de uma entidade (Governo, Empresas, Comitê, ONGs, etc).

Para que haja de fato governança sobre um território e sua qualidade ambiental, não basta que as entidades busquem exercer sua liderança isoladamente. É fundamental que busquem o planejamento conjunto de metas, com benefícios compartilhados e sustentáveis, duráveis. Nesse aspecto os Comitês de Bacia são um poderoso instrumento de articulação, planejamento e monitoramento, inclusive com orçamento para ajudar a exercer suas funções. Um espaço pronto para ser ocupado pelo voluntariado empresarial.



PERSPECTIVAS – TROCAR O EMBATE PERMANENTE POR AGENDAS POSITIVAS

É patente a deficiência da gestão pública atual (no Brasil e em outras partes do mundo), causada pela má definição de prioridades, políticas enviesadas por devaneios ideológicos, má destinação de recursos financeiros, descontinuidade de políticas e programas, mau planejamento e avaliação deficiente de metas e indicadores. As dificuldades de governança ficam evidentes no fracasso sucessivo de metas dos acordos relacionados à crise climática.

Diante da gestão pública deficiente, são comuns os embates entre sociedade civil ou empresas e o governo. É frequente a necessidade de mediação do Ministério Público e o ajuizamento de ações muitas vezes é inevitável, causando desgaste para todas as partes.

É preciso que a sociedade civil organizada e coalizões de empresas preocupadas com a sustentabilidade (ambiental e econômica) dos seus negócios assumam cada vez mais a liderança do processo de adaptação e reversão da crise climática, pautando e cobrando as ações governamentais. No arcabouço legal do Brasil, os Comitês de Bacia estão em posição privilegiada como espaço para buscar a governança e os resultados necessários.

AGENDA 2030 E RACISMO AMBIENTAL



Por [Milena Murta](#)

Estamos sentindo na pele e na alma. Os efeitos das ondas de calor extremo, dos incêndios florestais, tempestades, enchentes e secas nos desafiam a repensar nossas estratégias para viver o presente. Sabe aquela história de trocar a roda do carro enquanto ele está andando? É isso. E o mais importante: a transformação do clima do planeta (e os efeitos adversos decorrentes) leva a consequências econômicas, sociais, culturais e ambientais cada vez mais conectadas, que têm implicações negativas, diretas e indiretas, para a promoção e proteção dos direitos humanos e o cumprimento da Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável.

A discussão é tão profunda que conceitos como o de justiça climática e racismo ambiental se tornam chave para entender a complexidade das consequências das mudanças climáticas. Mas então, o que significam estes termos? Justiça climática é o termo que se usa quando se quer enfatizar que há uma disparidade grande na forma como a população ao redor do mundo sente os impactos sofridos pelas transformações no clima. Muitas vezes aqueles que são os menos responsáveis pelas emissões de gases de efeito estufa, por exemplo, serão os que mais sofrerão com os impactos dela. Por conta disso, torna-se necessário o debate sobre a administração equitativa de recursos mundiais e os níveis de responsabilidade pelas mudanças climáticas.



O racismo ambiental, termo criado por Benjamin Franklin Chavis Jr, ativista negro, adiciona à justiça climática o fato de que quem mais sofre com eventos climáticos extremos e com crimes ambientais são as populações étnico-raciais em situação de vulnerabilidade. E contraditoriamente, muitas vezes, este mesmo público está ausente nos grupos de discussão de ambientalistas, nos comitês, nas comissões, nos espaços de disputa de discussão da temática ambiental.

O desafio necessário é incluir homens e mulheres negras, populações de comunidades tradicionais – quilombolas, indígenas, e grupos marginalizados na discussão do futuro, mas enquanto atores e não apenas como vulnerabilizados. O que se vê, na maior parte das vezes, é um debate branco, um olhar de fora. Não se permite ouvir e impera-se a necessidade da presença de negros para a tradução da complexidade da agenda do clima para todas, todos e todes, já que os impactos climáticos têm gênero, cor e lugar social.

Mas como sair do ativismo, ocupar espaços e engajar pessoas dispostas a combater o racismo e a injustiça? Como reconhecer as pessoas em situação de vulnerabilidade como agentes da mudança? O primeiro passo é garantir acesso à informação de qualidade: capacitação. Na escola, no lazer, dentro de casa. Engajar comunidades a sugerir ações com base nas suas próprias experiências. É focar na solução e não no problema. Afinal a população marginalizada há muito tempo já mostra como lida com as mudanças climáticas e seus impactos desproporcionais sobre elas.

A ação climática não pode ser totalmente eficaz sem refletir perspectivas e experiências vividas de todos. As habilidades e o conhecimento das pessoas em situações vulneráveis podem contribuir na formulação do que já se discute como “políticas climáticas”, diretrizes que precisam ser adaptadas às necessidades e exigências de quem está na ponta. Isso só pode ser alcançado por meio de uma abordagem baseada em direitos fundamentada em valores e princípios como participação inclusiva, transparência, responsabilidade, igualdade e não discriminação, equidade e solidariedade.

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), por exemplo, já reconheceu a importância dos conhecimentos e práticas tradicionais dos povos indígenas, incluindo sua visão holística da comunidade e do meio ambiente, para uma adaptação eficiente diante das alterações no planeta. É impressionante o quanto as soluções se tornam mais ricas e próximas quando ouvimos e consideramos diferentes perspectivas.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DIREITOS HUMANOS E A RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

Na tentativa de colocar em prática iniciativas e políticas que busquem tratar das dimensões éticas de direitos humanos das mudanças climáticas de forma a reduzir a vulnerabilidade de grupos sociais desproporcionalmente afetados pelas mudanças do clima, uma relatoria especial foi criada na ONU para Mudanças Climáticas e Direitos Humanos. Em um de seus relatórios mais recentes, a entidade reforça que “a mudança climática é uma crise ambiental e de justiça social que gera demandas interconectadas por ação climática e igualdade social”.

O documento reforça o dever dos estados para garantir que as pessoas em si-

tuações vulneráveis possam acessar informações sobre mudanças climáticas e ações climáticas, participar efetivamente da tomada de decisões e implementação relacionadas ao clima. Em resumo, seriam 3 frentes de ação:

- 1- Disponibilizar e facilitar o acesso a informações sobre mudanças climáticas, incluindo informações sobre alerta precoce;
- 2- Garantir que o planejamento e a implementação de políticas climáticas sejam realizados com a participação significativa e efetiva das pessoas em situações vulneráveis;
- 3- Promover o acesso à justiça em questões ambientais, incluindo o acesso de pessoas em situação de vulnerabilidade a instalações judiciais.

No campo corporativo, é crescente o número de empresas que têm se preocupado com os riscos climáticos no âmbito de seus negócios. Mas há também uma chamada para que as corporações divulguem os riscos associados às suas responsabilidades de direitos humanos e suas ações para lidar com as mudanças climáticas por meio da transição para economias de baixo carbono. O objetivo é que investidores tenham mais clareza para entender esses riscos e tomem decisões mais conscientes em relação aos seus investimentos.

Para além da divulgação dos riscos, políticas de due diligence de direitos humanos, avaliações de impacto ambiental e social, processos inclusivos e participativos e mecanismos de reparação independentes precisam ser respeitados e contribuem para limitar os riscos de efeitos adversos sobre os direitos humanos e o meio ambiente ligados às leis, políticas e ações e atividades empresariais.

NA PRÁTICA: O PAPEL DO VOLUNTARIADO EMPRESARIAL

Numa escala global, os padrões de consumo e produção perpetuam desigualdades históricas. Conforme discutimos anteriormente, os países contribuem de forma desproporcional para a degradação ambiental e as mudanças climáticas. Aqui no Brasil, os impactos da crise hídrica se refletem na produção da energia, no racionamento de água, no aumento de queimadas e, também, na produção de alimentos, que tende a ameaçar a saúde alimentar da população brasileira. Além de ser algo diretamente ligado ao nosso negócio, na Elera encaramos este desafio como uma oportunidade de fortalecer nosso voluntariado corporativo.

O voluntariado já é considerado uma estratégia importante para apoiar a implementação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), uma vez que atingir essas metas a nível global exige a cooperação e o compromisso dos governos, da sociedade civil, da academia, do setor privado e dos indivíduos.

- I. O Plano de Ação para Integrar o Voluntariado na Agenda 2030 estabeleceu três objetivos:
 - II. Fortalecer a apropriação das pessoas pela agenda de desenvolvimento sustentável; integrar o voluntariado em estratégias de implementação nacionais e globais;
 - III. Medir o voluntariado para contribuir para uma compreensão holística do envolvimento das pessoas na implementação dos ODS.
- Como exemplo, no mês de junho deste ano, quando se comemora o dia do meio

ambiente, o time de voluntários da Elera facilitou o “jogo da sustentabilidade” com foco na promoção e sensibilização sobre a sustentabilidade nas escolas. Aproveitamos a definição dos temas materiais para a empresa, dentre eles, o “Gerenciamento de Recursos Hídricos e Resíduos” no aspecto Ambiental e “Melhoria no relacionamento com comunidades” no Social para trabalhar questões que contribuirão para uma sociedade cada vez mais consciente, disposta a defender a justiça climática.

O jogo é uma dinâmica que tem como objetivo apresentar aos alunos e alunas o conceito dos 5Rs da Sustentabilidade, ensiná-los quais são os resíduos recicláveis e como deve ser feita a separação desses materiais, além de discutir comportamentos de consumo sustentável e a importância da correta destinação de resíduos. A ação de voluntariado aconteceu na Escola Municipal Professora Nice Damasceno de Almeida Muniz em Recreio (MG), área de influência da UHE Barra do Braúna. Cerca de 20 voluntários foram capacitados e 50 alunos participaram. O resultado foi muito positivo.



Figura 1: Tabuleiro do Jogo da Sustentabilidade



Figura 2: Jogo da Sustentabilidade facilitado por voluntários Elera numa escola pública em Recre

PROGRAMA DE MENTORIA - VOLUNTARIADO SABESP JOVENS PELAS ÁGUAS



Por Erika Santana

“Pelos Águas, Para Águas, Somos Águas”, este foi o jargão utilizado para atrair jovens que se interessaram a participar do programa de mentoria da [Sabesp](#). O perfil dos jovens foi trilhado a partir do local em que residem, comunidades em situação de alta vulnerabilidade social, à beira de córregos extremamente prejudicados pela falta de conhecimento das questões sanitárias da população deste entorno.

Para iniciar este artigo, é importante apresentarmos a Sabesp, empresa fundada em 1973 e considerada a terceira maior empresa em serviços de saneamento no mundo, hoje é composta por cerca de doze mil colaboradores em todo estado de São Paulo, e está presente em aproximadamente trezentos e setenta e cinco municípios.

O programa de mentoria da Sabesp, na realidade iria se chamar “Programa de Sensibilização Ambiental Sabesp” porém foi adaptado para a linguagem digital a distância, utilizando o recurso virtual. O início desta proposta cruzou com o infeliz começo da pandemia no Brasil, em 2020. A ideia era que levaríamos colaboradores, voluntários da Sabesp, para dentro das comunidades e realizaríamos diálogos com esta população com foco na questão ambiental. Impossibilitados de realizarmos ações presencialmente, fomos estudar possibilidades de viabilizar a proposta, na época o Conselho Brasileiro de Voluntariado Empresarial foi fundamental para esta decisão e consulta, pois lá já se falava em processos e programas de mentoria com tecnologia virtual para ações de voluntariado.

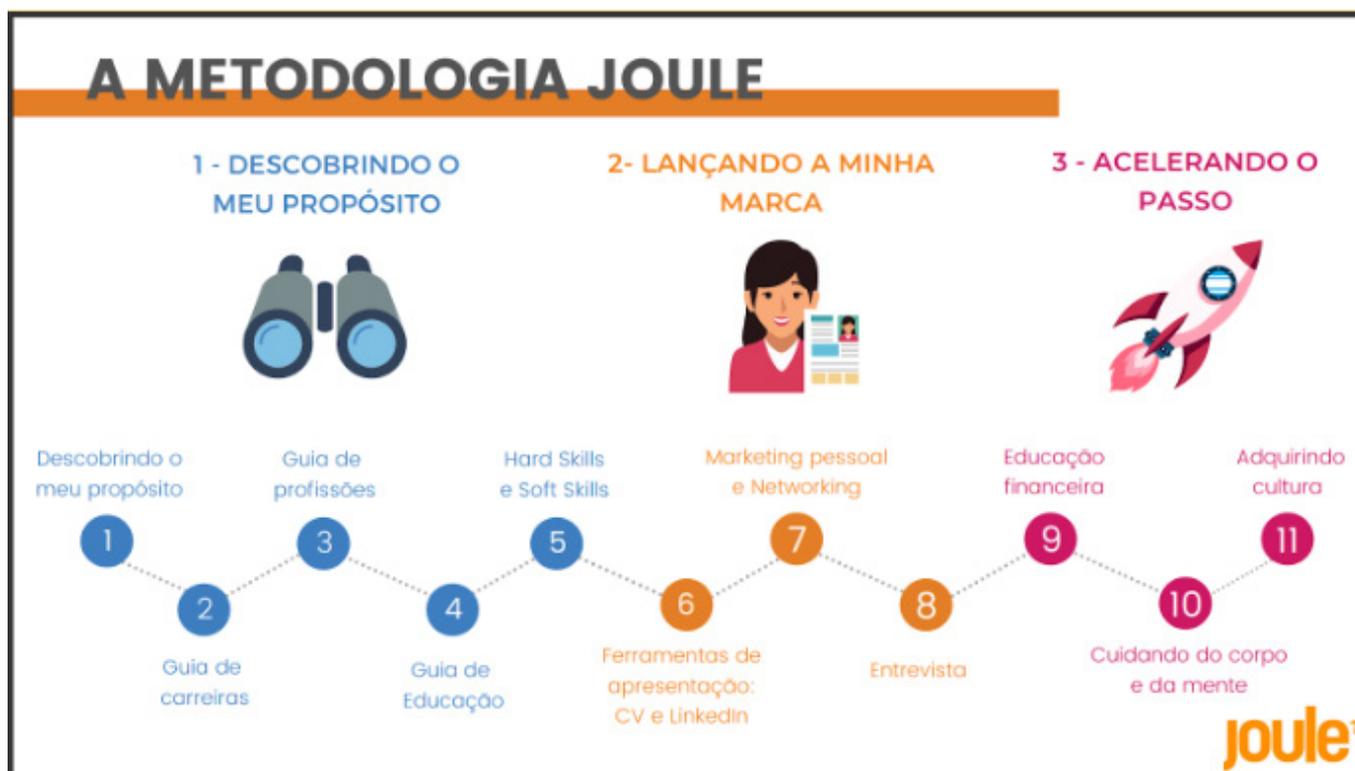
Érika Santana é integrante do Comitê Gestor e Porta-voz do CBVE - Conselho Brasileiro de Voluntariado Empresarial. Coordenadora do Programa de Voluntariado Corporativo da Sabesp, assistente social e engajada em várias causas sociais, com envolvimento e trabalho, diretamente relacionado à ONU.

Para construção do projeto, a área de recursos humanos, autoridade funcional da gestão do voluntariado da Sabesp, criou um grupo com a participação de todas diretorias da empresa, o qual convidou colaboradores de várias áreas, diversos perfis e diferentes setores, como engenharia, jurídico, comercial, recursos humanos, administrativos, financeiros, e linha de frente operacional da empresa, ou seja, todos que já participavam ou despertavam algum interesse nas ações de voluntariado da empresa.

Ao todo foram 60 pessoas participantes. O objetivo foi desenvolver o vínculo e a responsabilidade para que o projeto fosse mais assertivo no engajamento dentro das diretorias da empresa. Neste grupo todos os colaboradores que participaram vieram com ideias, atividades, e propostas que fizeram a composição do projeto para o programa.

Para fortalecer ainda mais a iniciativa, a área gestora de recursos humanos, também trouxe suporte técnico interno e externo na organização do conteúdo, convidando a Diretoria de Tecnologia Ambiental da Sabesp, autoridade funcional nas questões com frentes ambientais, e a consultoria externa do Sesi. Para a formação dos voluntários para atuação junto aos jovens, e apoiá-los com formação para prepará-los para o mercado de trabalho, trouxemos a consultoria do Instituto [Joule](#), especialista em programas de mentoria.

Foram 9 meses de preparação da trilha de formação para os voluntários, o curso tinha como desafio ser pedagógico, ou seja, de conteúdo prático, interessante, e de fácil compreensão. A formação foi condição obrigatória para que nossos voluntários pudessem participar. Aliás, prepará-los para o contato com o jovem era uma preocupação responsável da empresa com nosso colaborador, com os jovens e com o resultado que buscávamos alcançar. O programa de mentoria para jovens foi uma estratégia de atuação nos territórios de comunidades vulneráveis, para atrair o jovem para a pauta ambiental.



O programa foi lançado com 450 vagas, e a empresa atingiu de 380 mentores formados, um percentual extremamente positivo que foi avaliado como resultado de grande engajamento na empresa. O lançamento foi virtual, e teve a presença das maiores autoridades da Sabesp, contando ainda com a fala do Presidente da empresa, Benedito Braga, e do seu Diretor Corporativo, Adriano Stringuinni, ambos reforçando a importância do programa para a Sabesp, e para a sociedade. O lançamento aconteceu no dia internacional dos oceanos, em 08 de julho de 2021.

PROGRAMA DE MENTORIA RIO PINHEIROS – SABESP

Trilha Formativa Para Preparação Da Ação Voluntária

APRESENTAÇÃO DA SABESP,

LEGISLAÇÃO DO VOLUNTARIADO NO BRASIL,

APRESENTAÇÃO DO CBVE,

APRESENTAÇÃO DO MANUAL E DO PROGRAMA DE VOLUNTARIADO DA SABESP,

PREMISSAS E FORMAÇÃO SOBRE OS ODS,

ELABORAÇÃO DE PROJETOS,

PAUTAS QUE ABRANGEM QUESTÕES AMBIENTAIS,

CARDÁPIO DE SUGESTÃO DE AÇÕES AMBIENTAIS EM COMUNIDADES.

COMO ELABORAR UM CURRÍCULO, SE APRESENTAR PARA O MERCADO DE TRABALHO

SESI					
SABESP - PROJETO NOVO RIO PINHEIROS					
Eixo 1: Preparação das equipes voluntárias					
Sequência dos vídeos					
VERTENTE	Tema Macro	Ênfase	Conteúdo	Sequência dos vídeos	Título dos vídeos
Conteúdo comum a ambas as vertentes	Linguagem	Base para atuação	a ser internalizado	1º	O papel do voluntário nos projetos socioambientais
	Responsabilidade	Base para atuação	a ser internalizado	2º	Responsabilidade Social e Cidadania Global
Social	Consciência Social	Cidadania	a ser replicado	3º	Cidadania no cotidiano
				4º	Ética e Responsabilidade Social
	Convivência	a ser replicado	5º	Papéis sociais e convivência social	
			6º	Empatia e respeito às diferenças	
	Linguagem	Comunicação	a ser internalizado	7º	Comunicação nas relações interpessoais
				8º	Gestão de Conflitos
	Consciência Social	Trabalho	a ser replicado	9º	Papel profissional e o sentido do trabalho
	Comportamento	Finanças	a ser replicado	10º	Planejamento e orçamento familiar
	Comportamento	Saúde	a ser replicado	11º	Orientação para uma vida saudável
				12º	Bem-estar digital
13º				Prevenção do consumo de álcool e drogas	
Ambiental	Sensibilização Ambiental	Meio Ambiente	a ser internalizado	14º	Sensibilização Ambiental
	Cidadania e Meio Ambiente			a ser replicado	15º
	Água	Água	a ser replicado	16º	Consumo Consciente – Qual a sua contribuição?
				17º	Aventuras do Ietê em busca do Tesouro (jogo)
	Resíduos	Resíduo	a ser replicado	18º	Aventuras do Ietê (Contação de História)
				19º	4 Rs – Reduzir, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Exposição
	Carta da Terra	Meio Ambiente	a ser replicado	20º	Resíduo no Lugar Certo (jogo)
				21º	Brinquedo de Sucata
			22º	Carta da Terra	

Legenda:
 São vídeos específicos para a demonstração da atividade.

O curso tem a duração de 4 horas e está disponível na plataforma da Universidade Sabesp.

	SEMANA 1	Descobrimo meu propósito
	SEMANA 2	Guia de profissões
DESCOBRINDO O MEU PROPÓSITO	SEMANA 3	Guia de carreiras
	SEMANA 4	Guia de Educação
	SEMANA 5	Hard Skills e Soft Skills
LANÇANDO A MINHA MARCA	SEMANA 6	Marketing pessoal e networking
	SEMANA 7	Ferramentas de apresentação
	SEMANA 8	Entrevista de emprego
ACCELERANDO O PASSO	SEMANA 9	Educação Financeira
	SEMANA 10	Cuidando do corpo e da mente
	SEMANA 11	Adquirindo cultura
	SEMANA 12	Final - Apresentação do Projeto

Durante a construção da proposta, o Superintendente de Gestão de Pessoas e Recursos Humanos da Sabesp, Nilton João dos Santos, ressaltou que para ter sentido o resultado da mentoria, era importante que nossos voluntários desenvolvessem uma atividade com os jovens, que eles pudessem propor iniciativas de sensibilização ambiental em suas comunidades, baseadas no que puderam conhecer com os voluntários da Sabesp durante os encontros de mentoria.

Para melhor estimular os voluntários a participarem, a área de Gestão de Pessoas e Recursos Humanos da Sabesp ainda desenvolveu no processo, um reconhecimento para todas as diretorias da empresa, são elas: Presidência, Diretoria de Gestão Corporativa, Diretoria Econômica- Financeira e de Relações com Investidores, Diretoria Metropolitana, Diretoria de Sistemas Regionais e Diretoria de Tecnologia, Empreendimentos e Meio Ambiente, em que os jovens que mais se destacassem, com os projetos, recebem valores para compra de material didático e/ou escolar no ano letivo seguinte, e os mentores voluntários recebem um certificado de reconhecimento e evolução em sua avaliação de desempenho humanitário na empresa. Os resultados alcançados surpreenderam a empresa, e causaram emoção em todos que participaram.

PROGRAMA DE MENTORIA - VOLUNTARIADO SABESP - JOVENS PELAS ÁGUAS - INICIATIVAS PREMIADAS COM RECURSOS FINANCEIROS.



1º COLOCADA

Jovem Mentorada: Maria Eduarda Sousa Silva
Mentor: Luiz Rodolfo de Medeiros - MS

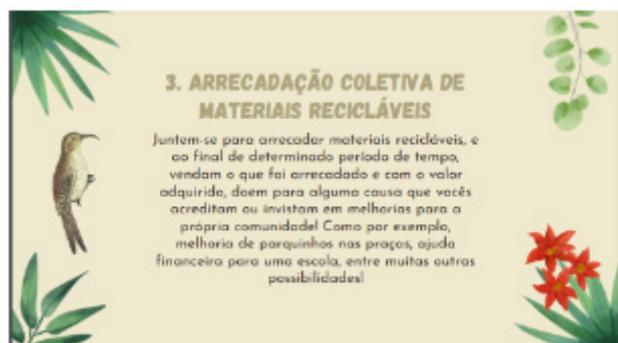
“Grafitegem no Muro”. Desenvolvimento de arte para grafite em muro na UBS Jd. Alfredo e instalação de área de convivência, como forma de resolver a questão de descarte irregular de resíduos relatado pela gestora do equipamento.



2º COLOCADA

Jovem Mentorada: Stephanie Caroline Hirai da Silva
Mentora: Rosa Benedita Theodoro Dos Santos - MIS

“Cartilha Ideias Iniciativa Sustentáveis”. Confeção de cartilha com ideias sustentáveis que podem ser adotadas em casa.



3º COLOCADA

Jovem Mentorada: Paula Luísa Bombarda Furlan
Mentor: Fábio Severo - RR

“Lixo não tem pé, mas tem lugar”. Realização de duas ações de campo, sendo uma voltada para a importância da coleta e segregação do lixo para a comunidade local com ênfase na proteção do Rio Ribeira de Iguape, e a segunda um relato da experiência e aprendizados da participação no evento III Conferência Brasileira de Restauração Ecológica e I Seminário Brasileiro de Sementes Nativas.



4º COLOCADA

Jovem Mentoradas: Letícia Adriano e
Kaira Ferreira da Silva Oliveira

Mentores: Antonio Rodrigues da Grela Filho - Superintendente da UN Baixo Tietê e Grande e Cláudia Regina Garcia Bertoni - RT

“Horta Comunitária”. O Projeto tem como objetivo implementar uma horta comunitária através do trabalho voluntário de 10 famílias moradoras nos bairros vizinhos da área da estação de tratamento de esgoto da Sabesp, promovendo às famílias da comunidade local: Produção de alimentos saudáveis para o consumo próprio; Conscientização e capacitação, incentivando a produção de alimentos sem agrotóxicos; Educação ambiental; Integração social; Organização em comunidade; Aumento da qualidade de vida; Diminuição da pobreza.



5º COLOCADA

Jovem Mentorado: Breno Souza dos Santos
Mentor: Celso Antonio Calixto - MO

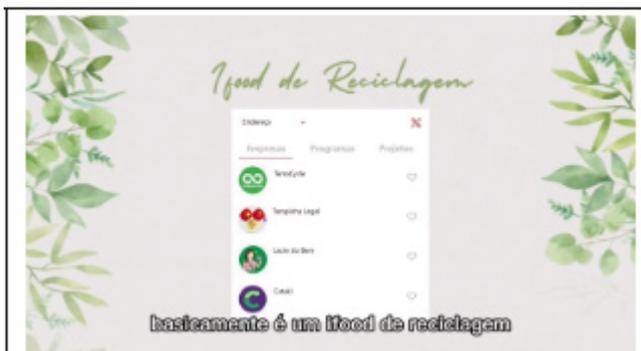
App "Os Vilões da Bad Food". Criação de uma plataforma, onde crianças podem jogar jogos sobre alimentação saudável, ODS 3, parceria com nutricionistas. Os Vilões da Bad Food



6º COLOCADA

Jovem Mentorada: Flavia Anri Tanae Ubukata
Mentor: Gabriel Bedinotte e Silva - RB

"Dinâmica em ChatBot". Fomentar a consciência ambiental na sociedade, dando visibilidade às empresas, programas e projetos que geram impacto socioambiental positivo de forma acessível, dinâmica e intuitiva através de um chatbot, incentivando a coleta, destinação e reciclagem de resíduos, e colaborando com as instituições sem fins lucrativos através da doação dos recursos obtidos.



7º COLOCADA

Jovem Mentorada: Tamires Rinco Maciel
Mentora: Ivani Rodrigues De Souza - MS

“Em busca de um Refúgio Coletivo” no condomínio . Construção de um espaço para lazer e convivência para jovens do condomínio. As crianças e adolescentes terão um ambiente seguro e arborizado para se entreter, conversar e se divertir, além de entrar em contato com mensagens sobre o impacto ambiental de nossas ações. Além de melhorar a qualidade de vida dos jovens, trará tranquilidade e bem-estar aos respectivos pais e demais moradores.



8º COLOCADA

Jovem Mentorada: Ayla Fernanda Leal Bernardo Cordeiro
Mentor: Alexandre Cezar Pires - CH

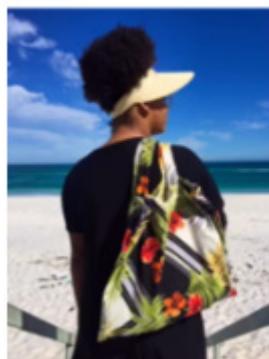
“Jardinagem solidária” e outras ações . (PCD).1-Jardinagem no quintal; 2-amiga que perdeu mobilidade das pernas e na pandemia teve depressão; 3-utilizou o aplicativo do COLSAN e agendou doação de sangue com a prima; 4-junto com a família e vizinhos guardaram tampinhas plástica para entregar na ONG Ecopatatas, 6- estocaram óleo de fritura e entregaram a CAVD (Casa da Apoio a Vida Divina), que ajuda crianças e adolescentes com câncer vindos de outros estados.



9º COLOCADA

Jovem Mentorada: Priscilla Reis Maia
Mentor: Claudio Henrique de Paula MS

Projeto EcoBags - Os 3 P's
Confecção de bolsas ecobags feitas a partir de retalhos.



10º COLOCADA

Jovem Mentorada: Iris Campanella
Mentor : Ana Lucia De Sousa Silva - MO

“Coleta Móvel – DDU”. Coleta móvel na Vila Madalena, por meio de grupo de bicicletas que passará para recolher os recicláveis descartados de forma incorreta nos bares e botecos da Vila Madalena; e com a venda deles o recurso se destinará a um projeto de STEM que visa incentivar pessoas que desenvolvam projetos sustentáveis. Além disso, os comerciantes que colaborarem com a ação irão receber um selo verde da ONG de confiabilidade Sócio Ambiental.



FONTES:

O desafio da inclusão de pessoas com deficiência na estratégia de enfrentamento à pandemia de COVID-19 no Brasil. SciELO. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ress/a/PmtcgvxkKswpQTxbZVVyVpk/?lang=pt>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

Chefe da ONU: "Pessoas com deficiências estão entre as mais afetadas por esta crise". Nações Unidas. 2020. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2020/05/1712722>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

Ministério da Cidadania lança obra que detalha situação das pessoas com deficiência no Brasil. Governo do Brasil. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/ministerio-da-cidadania-lanca-obra-que-detalha-situacao-das-pessoas-com-deficiencia-no-brasil>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

Pessoas com Deficiência e COVID-19: construção de conhecimento, redes de acompanhamento, cuidado e prevenção. repositório COVID-19. 2020. Disponível em: <http://repositoriocovid19.unb.br/repositorio-projetos/pessoas-com-deficiencia-e-covid-19-no-df-construcao-de-conhecimento-redes-de-acompanhamento-cuidado-e-prevencao/?utm_source=rss&utm_medium=rss&utm_campaign=pessoas-com-deficiencia-e-covid-19-no-df-construcao-de-conhecimento-redes-de-acompanhamento-cuidado-e-prevencao>. Acesso em: 10 jul. 2021.

ORLANDO, Rosimere M.; ALVES, Suelen Priscila F.; MELETTI, Silvia Márcia F. Pessoas com deficiência em tempos de pandemia da COVID19: algumas reflexões. Revista Educação Especial. Santa Maria. 2021. 34v. Junho de 2021.

BRASIL. Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 10 jul. 2021.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. IPEA. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/ods/index.html>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

30 anos AIPD livro digital. Nações Unidas. 2020. Disponível em: <<https://cupdf.com/document/30-anos-aipd-livro-digital.html>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

Pesquisa Global de Diversidade e Inclusão. PWC. Disponível em: <<https://www.pwc.com.br/pt/estudos/preocupacoes-ceos/mais-temas/2020/pesquisa-global-de-diversidade-e-inclusao.html>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

www.pactoglobal.org.br

<https://gtagenda2030.org.br/agenda-pos-2015/>

Documentário A Cúpula da Terra (ONU 1992): <https://www.youtube.com/watch?v=JeGn4XmcRoY>
<https://gtagenda2030.org.br/agenda-pos-2015/>
<https://odsbrasil.gov.br/>

<https://www.unep.org/pt-br/noticias-e-reportagens/reportagem/o-aumento-alarcante-da-temperatura-global>
<https://www.rio2030.org/>

Nova Agenda Urbana - HABITAT III (A/RES/71/256*): <https://uploads.habitat3.org/hb3/NUA-Portuguese-Brazil.pdf>

Decreto nº 47.727, de 16 de agosto de 2021, que institui a Autoridade do Desenvolvimento Sustentável.

Decreto nº 47.828, de 11 de novembro de 2021, que cria a Comissão Estadual para o Acompanhamento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS.

Decreto nº 47.843, de 24 de novembro de 2021, que institui o Ano Internacional do Desenvolvimento Sustentável em 2022 no Estado do Rio de Janeiro.

<https://www.californiavolunteers.ca.gov/about-california-climate-action-corps/>

<https://engojamundo.org/>

<https://www.muvuca.nossas.org/#block-36724>

<https://www.redeycl.org/>

Allum, C.; Devereux, P.; Lough, B.; Tiessen, R. 2020. Volunteering for Climate Action. International Forum for Volunteering in Development. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/344860571_Volunteering_for_climate_action_Combined_report> Acesso em: 08 Ago 2022.

ITS (2021). Mudanças Climáticas na Percepção dos Brasileiros. Disponível em: <<https://www.percepcao climatica.com.br>> Acesso em: 08 Ago 2022.

IPCC, 2022a. Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/sixth-assessment-report-working-group-ii/> Acesso em: 08 Ago 2022.

IPCC, 2022b. Climate Change 2022: Mitigation of Climate Change. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/sixth-assessment-report-working-group-3/> Acesso em: 08 Ago 2022.

Pellin, A.; Castro, C.T.; Chiaravalloti, R.; Prado, F.; Pellin, A.; Dias, L.L.S.; Silva, C.H.; Pastorino, V.C.; Russo, P.R.; Padua, C.V. 2020. Voluntariado: uma estratégia de conservação da natureza e aproximação com a sociedade. Diálogos da Conservação. IPÊ. 55p. Disponível em: <https://voluntariado.ipe.org.br/files/mosuc_serie_tecnica.pdf> Acesso em: 15 Ago 2022.

Pimenta, C.; Azevedo, A. 2020. Por Uma Bioeconomia Inclusiva e Que Mantenha Em Pé a Floresta. In: NACIONAL, I. Bioeconomia. São Paulo: Instituto escolhas, v. 13, p. 31-37.

Learmonth, B. Volunteering for Climate Action in Pacific Island Countries: considerations for IVCO 2020. 35p. Disponível em: <<https://forum-ids.org/wp-content/uploads/2020/10/Volunteering-for-Climate-Action-in-Pacific-Island-Countries.pdf>> Acesso em: 08 Ago 2022.

Mathur, V. B.; Onial, M.; Mauvais, G. Managing threats. In: Worboys, G., et al. Protected Area Governance and Management. Canberra: ANU Press, p. 473-494, 2015



 [instagram.com/rede_cbve](https://www.instagram.com/rede_cbve)

 [youtube.com/c/RedeCBVE](https://www.youtube.com/c/RedeCBVE)

 [facebook.com/cbve.org.br](https://www.facebook.com/cbve.org.br)

 [linkedin.com/company/cbve](https://www.linkedin.com/company/cbve)

 [cbve.org.br](https://www.cbve.org.br)

